

MEMO ATI/DESET nº 045/2014**Em 21/05/2014****De: Mauro Staretz****Coordenador de Serviços - ATI/DESET/GSUP****Gestor dos Contratos da Ata de Registro de Preços 03/2013****Para: Marcelo Simon da Silva****Chefe de Departamento****AA/DEJUR****Assunto: Software Microsoft SQL Server Enterprise 2012 – Ata de Registro de Preços 03/2013 (Pregão Eletrônico AA 06/2013).**

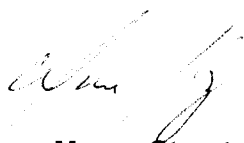
Solicito a aquisição de 5 pacotes (*packs*) de licenças, com dois núcleos cada, do *software* Microsoft SQL Server Enterprise 2012, da Ata de Registro de Preços nº 03/2013, de 04/07/2013.

Informo que já foram contratadas, a partir da referida ata, o total de 75 licenças. Saliento que a contratação abrangerá apenas a aquisição de licenças, sem o serviço de mentoring.

Sendo a última pesquisa de preços relativa a esse objeto que se pretende contratar feita por ocasião de contratação anterior oriunda dessa mesma Ata de Registro de Preços nº 03/2013 e realizada através do MEMO ATI/DESET/GSUP nº 030/2014 de 31/03/2014, foi atestada, por ocasião, a vantajosidade da Ata em questão.

Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
MS SQL Sever 2012 Enterprise	5	R\$ 19.458,28	R\$ 97.291,40

Desta forma, o valor unitário da licença será de R\$ 19.458,28 (dezenove mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e vinte e oito centavos) e o total das licenças será de até R\$ 97.291,40 (noventa e sete mil, duzentos e noventa e um reais e quarenta centavos).

**Mauro Staretz****Coordenador de Serviços - ATI/DESET/GSUP****Gestor dos Contratos da Ata de Registro de Preços 03/2013**

AA/DEJUR

23-Mai-2014-10:42

IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

Inscrição: 00710799/0001-00
Razão Social: ALLEN RIO SERV E COM DE PROD DE INFORMATICA LTDA
Nome Fantasia: ALLEN INFORMATICA
Endereço: R GONCALVES DIAS 276 PARTE 01 / VALPARAISO / PETROPOLIS / RJ / 25655-122

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 26/05/2014 a 24/06/2014

Certificação Número: 2014052602543160071035

Informação obtida em 26/05/2014, às 17:25:26.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil

3
AB

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E ÀS
DE TERCEIROS

Nº 105732014-88888799

Nome: ALLEN RIO SERV. E COM. DE PROD. DE INFORMATICA LTDA

CNPJ: 00.710.799/0001-00

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que constam em seu nome, nesta data, débitos com exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº. 5.172, de 25 de setembro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em Dívida Ativa da União (DAU), não abrangendo os demais tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8.212, de 24 de Julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada, cisão total ou parcial, fusão, incorporação, ou transformação de entidade ou de sociedade empresária ou simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art. 931 da Lei nº. 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de Janeiro de 2010.

Emitida em 02/05/2014

Válida até 29/10/2014.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

4
[Perguntas frequentes](#) [Contato](#) [Glossário](#) [Links](#) [Manual de navegação](#)[Acesso rápido](#) [Selecione...](#)

OK

CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS INIDÔNEAS E SUSPENSAS (CEIS)

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) é um banco de informações mantido pela Controladoria-Geral da União que tem como objetivo consolidar a relação das empresas e pessoas físicas que sofreram sanções das quais decorra como efeito restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

[Saiba mais](#)**Consulta****CNPJ/CPF:** 00.710.799/0001-00**Nome, razão social ou nome fantasia:** Opcional**Tipo de sanção:** (Todas)**Quantidade de registros encontrados:** 0 **Data:** 26/05/2014 **Hora:** 17:34:09**Não foram encontrados registros que atendam ao seguinte critério de busca:****CNPJ/CPF:** 00.710.799/0001-00[Clique aqui para baixar dados do portal](#)

Recomenda-se visualizar em resolução 1024x768

ATENÇÃO

Este cadastro visa dar publicidade às sanções administrativas aplicadas contra licitantes e fornecedores. As informações aqui veiculadas são de inteira responsabilidade das entidades que as prestaram, não podendo a União ser responsabilizada pela veracidade e/ou autenticidade de tais informações nem pelos eventuais danos diretos ou indiretos que delas resultem causados a terceiros.

* Designação do apenado, conforme informado pelo órgão sancionador (publicação no DOU; dados constantes de Ofício, etc.)

5
AB

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil

CERTIDÃO CONJUNTA POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ALLEN RIO SERV. E COM. DE PROD. DE INFORMATICA LTDA
CNPJ: 00.710.799/0001-00

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN); e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 15:25:55 do dia 27/05/2014 <hora e data de Brasília>.

Válida até 23/11/2014.

Código de controle da certidão: **C3A9.BB01.E5F8.1A5F**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Observações RFB:

Contribuinte possui arrolamento de bens, conforme Lei nº 9532/1997.

[Nova Consulta](#)



Preparar página
para impressão



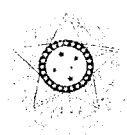
Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (27/05/2014 às 15:29) não consta registro no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça, quanto ao CNPJ nº 00.710.799/0001-00.

A inexistência de registro no Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa e Inelegibilidade não significa a inexistência de condenações, uma vez que o cadastro está em fase de preenchimento.

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço: <http://www.cnj.jus.br> através do número de controle: 5384.D9A0.56A4.3392



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ALLEN RIO SERV. E COM. DE PROD. DE INFORMATICA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 00.710.799/0001-00

Certidão nº: 48447869/2014

Expedição: 27/05/2014, às 15:40:47

Validade: 22/11/2014 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que ALLEN RIO SERV. E COM. DE PROD. DE INFORMATICA LTDA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 00.710.799/0001-00, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

4) CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO

PRODUTO/SERVIÇO	VALOR BRUTO (R\$)	MUNICÍPIO(S) DA ENTREGA E/OU PRESTAÇÃO
PRODUTO		
SERVIÇO	R\$ 97.291,40	Rio de Janeiro
TOTAL	R\$ 97.291,40	

Valor Bruto e o valor total a ser contratado, sem nenhuma dedução de tributos

- ☐ Cessão de mão-de-obra nas dependências do contratante ou em local por ele indicado. Valor Bruto: R\$
- ☐ Subcontratação (para os casos permitidos no LRP 5.656/93). Nº de subcontratações: ☐ Valor Bruto: R\$

TIPO DE DOCUMENTO A SER ENCAMINHADO*

☐ NF ☐ NF-e ☐ NFS-e ☐ DANFE ☐ RPA ☐ RECIBO ☐ OUTROS
☐ QUAIS?

*As opções de documento a ser encaminhado devem ser escolhidas a seguir: (NF) Nota Fiscal; (NF-e) Nota Fiscal Eletrônica; (NFS-e) Nota Fiscal de Serviço Eletrônica; (DANFE) Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica; (RPA) Recibo de Pagamento e Autenticação.

5) INCIDÊNCIAS TRIBUTARIAS

A) RETENÇÕES NA FONTE

Diretrizes básicas para preenchimento:

1) IR - R\$ 116/2003

1.1) Observar o art. 34 da Lei nº 4.320/63, que trata da obrigação das empresas públicas em efetuar as retenções na fonte do Imposto de Renda da CSEL da COFINSA e da contribuição para o PIS/PASEP a que se referem o art. 64 da Lei nº 9.430/1996 e

1.2) Observar a IN RFB nº 1.234/2012, que dispõe sobre a retenção de tributos nos pagamentos efetuados pelos órgãos da administração pública federal, estadual, municipal e fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais pessoas jurídicas que mencionam a outras pessoas jurídicas por intermédio de bens e serviços.

2) INSS - aplicável aos casos de cessão de mão-de-obra:

2.1) Observar a RF nº 97/12009, que dispõe sobre normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais destinadas à Previdência Social e as destinadas a outras entidades, autônomas, administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), e

2.2) Observar a IN RFB nº 1.234/2012, bem como a CNAE da atividade relacionada à prestação do serviço (CNAE principal ou secundário).

3) ISS

3.1) Observar regra geral, conforme disposto no art. 3º da LC nº 116/2003, de que o ISS é devido "no município do estabelecimento do prestador de serviço".

3.2) Observar a IN RFB nº 1.234/2012, que dispõe sobre a retenção de tributos se aplicável nas exceções previstas no art. 3º da LC nº 116/2003, em que o ISS é devido no local da prestação do serviço.

3.3) Considerar as regulamentações de ISS específicas de cada município do(s) local(is) da prestação do serviço, tendo em vista a previsão contida no art. 6º da LC nº 116/2003, em que prestador e tomador estão estabelecidos no mesmo município (no caso do Rio de Janeiro, observar o Decreto nº 1.234/2012).

3.4) Considerar as regulamentações dos cadastros municipais de empresas prestadoras de outros municípios, se aplicável (verificar CEFOM/RIO de Janeiro).

QUADRO PARA FORNECIMENTO DE PRODUTOS

Preencher com os valores brutos do fornecimento que correspondam ao fornecedor ou ao subcontratado.

TRIBUTOS	VALOR TOTAL DO PRODUTO R\$ (A)	REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO / BENEFÍCIO FISCAL		BASE DE CÁLCULO R\$ (A - B)	ALÍQUOTA %	VALOR A SER RETIDO R\$	BASE LEGAL
		R\$ (B)	NATUREZA				
IR				0,00			
CSEL				0,00			
PIS				0,00			
COFINA				0,00			

QUADRO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Preencher com os valores brutos do fornecimento que correspondam ao fornecedor ou ao subcontratado.

TRIBUTOS	VALOR TOTAL DO SERVIÇO R\$ (A)	DEDUÇÕES		BASE DE CÁLCULO R\$	ALÍQUOTA %	VALOR A SER RETIDO R\$	BASE LEGAL
		R\$ (B)	NATUREZA				
IR	R\$ 97.291,40	0,00		97.291,40	4,00%	3.891,66	IN RFB 1.234/2012
CSEL	R\$ 97.291,40	0,00		97.291,40	1%	972,91	IN RFB 1.234/2012
PIS	R\$ 97.291,40	0,00		97.291,40	0,650%	632,90	IN RFB 1.234/2012
COFINA	R\$ 97.291,40	0,00		97.291,40	3,00%	2.918,74	IN RFB 1.234/2012
INSS				0,00			
ISS				0,00			

* Preencher com os valores brutos para o mesmo produto.

B) DEVIDAS PELO FORNECEDOR

1) O PIS/PASEP é a contribuição do PIS/PASEP, sob a aplicação a alíquota interanual.

10
10

TRIBUTOS	VALOR TOTAL DO PRODUTO/SERVIÇO		DEDUÇÕES		BASE DE CÁLCULO R\$ C = (A - B)	ALÍQUOTA % (D)	VALOR A SER DESTACADO NO DOCUMENTO FISCAL R\$ (C x D)	BASE LEGAL
	R\$	IN	R\$	NATUREZA				
ISS	R\$	R\$ 251,30			97.295,40	0,50%	486,48	
ICMS					0,00		0,00	

DECLARO PARA OS DEVIDOS FINS E A QUEM INTERESSAR POSSA QUE SÃO VERDADEIRAS TODAS AS INFORMAÇÕES AQUI PRESTADAS AO CONTRATANTE PELO QUE ME RESPONSABILIZO CIVIL E CRIMINALMENTE. BEM COMO QUE A APRESENTAÇÃO DESTA DECLARAÇÃO NÃO DISPENSA A MINHA OBRIGAÇÃO COMO FORNECEDOR / SUBCONTRATADO DE APRESENTAR OUTRAS DECLARAÇÕES EVENTUALMENTE EXIGIDAS PELA LEGISLAÇÃO.

Assinado por: Roberto da Silva de 2014

Função: Administrador

Assinatura do representante legal do Fornecedor / Subcontratado

Nome completo: Roberto da Silva Junior

CPF: 102.311.731-24

Carlos Alberto Firmo Oliveira Tabelião
Fabio Firmo Oliveira Tabelião Substituto
CNPJ 27.128.875/0001-20

Rua do Carmo 63, 2º Andar - Centro
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20011-020
Direto: (21) 3852-4771 - Fela: (21) 2107-9825
Nextel: (21) 817-3326 - ID: 12108071
valeriabarrosglobo.com

Valéria de Barros

17.º OFÍCIO DE NOTAS DA CAPITAL-RJ
Fabio Firmo Oliveira
Subst. do Tabelião - CAD/CGJ nº 94.04289
Art. 20 § 5º Lei 8.935-94

Escrivente Cel.: 9658-4462

17.º OFÍCIO DE NOTAS DA CAPITAL-RJ
Valéria de Barros
Escritor CAD/CGJ nº 94.04289



17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

TRASLADO
LIVRO: 7504
FLS: 178/179
ATO: 047

PROCURAÇÃO BASTANTE
QUE FAZ ALLEN RIO
SERVIÇOS E COMÉRCIO
DE PRODUTOS DE
INFORMÁTICA LTDA, NA
FORMA ABAIXO:

S A I B A M quantos este Público Instrumento de Procuração virem que **aos 27 (vinte e sete) dias do mês de Agosto de dois mil e treze (2013)**, nesta cidade do Rio de Janeiro, neste Cartório do 17º Ofício de Notas da Comarca da Capital, sito à Rua do Carmo, nº 63, Centro, nesta Cidade, **Tabelião Dr. CARLOS ALBERTO FIRMO OLIVEIRA**, perante mim **VALÉRIA CARNEIRO DE BARROS, Escrivente - CAD/CGJ nº 94.07718**, conforme Lei Federal 8.935 de 18.11.1994, publicada no DO de 21.11.1994, compareceu como **OUTORGANTE-ALLEN RIO SERVICOS E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA**, com sede na Rua Gonçalves Dias, nº 276 - Parte 01 - Valparaíso - Petrópolis/RJ, CEP: 25.655-122, e inscrita no CNPJ sob o nº 00.710.799/0001-00, com seu ato constitutivo na JUCERJA sob o NIRE nº 3320533552-4, por despacho em 22/06/1995, e sua última alteração contratual sob o nº 2073175, por despacho em 03/08/2010, neste ato, representada por seus sócios: **CLAUDIO ANTONIO ROCHE MOREIRA**, brasileiro, divorciado, comerciante, portador da carteira de identidade sob o nº 502.243, expedida em 04/05/1977 pelo SSP/DF, e inscrito no CPF sob o nº 699.088.507-68, residente e domiciliado nesta cidade na Rua Visconde de Uruguai, nº 233 - casa 04 - Valparaíso -

Petrópolis - R.J, e , **MICHAEL VÍCTOR STRACHAN**, brasileiro, casado pelo regime da separação total de bens, empresário, portador da carteira de identidade sob o nº 05.816.807-1, expedida em 06/06/1980 pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF sob o nº 801.636.887-53, residente e domiciliado nesta cidade na Rua Mario Alves, nº 371, Recreio dos Bandeirantes – Rio de Janeiro – R.J. Assim, pela **Outorgante**, por seus representantes, através dos documentos que me foram apresentados, acima relacionados, me foi dito que por este público instrumento e na melhor forma de direito, nomeiam e constituem seus bastantes **PROCURADORES INAH MEIRELLES DE OLIVEIRA CAMARGO**, brasileira, casada pelo regime da comunhão parcial de bens na Lei 6.515/77, diretora administrativa financeira, portadora da carteira de identidade nº 04821851-5, expedida pelo IFP/RJ, em 18/08/1978, e inscrita no CPF sob o nº 715.184.607-04, residente e domiciliada na Rua Visconde de Pirajá nº 565, aptº 502, Ipanema/RJ, nesta Cidade; **RICARDO DA SILVA PODDA JÚNIOR**, brasileiro, casado pelo regime da comunhão parcial de bens na vigência da Lei 6.515/77, comerciante, portador da carteira de identidade sob o nº 08.742.347-1, expedida pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF sob o nº 014.221.407/84, residente e domiciliado nesta cidade na Rua Garibaldi, nº 225, Apto.1304, Bloco A, Tijuca, Rio de Janeiro, RJ; **ÉLCIO FERNANDO DE OLIVEIRA LEITE**, brasileiro, solteiro, maior, capaz, empresário, portador da carteira de identidade sob o nº 17804717, expedida pelo SSP/SP em 05/12/1991, e Inscrito no CPF sob o nº 120.261.008-02, residente e domiciliado na Rua Bambina, 66/102 Botafogo; aos quais confere poderes especiais, independente da ordem de nomeação podendo assinar em **conjunto e/ou separadamente**, para representá-la perante repartições públicas federais, estaduais, municipais, autárquicas, paraestatais, Prefeituras, Ministério da Fazenda, Receita Federal, Imposto de Renda, INSS- Instituto Nacional de Seguridade Social, INAMPS, Junta Comercial, Cartórios de Notas, de Registro de Imóveis, Cartórios em geral,

Carlos Alberto Firmino Oliveira - Tabelião
Fabio Firmino Oliveira - Tabelião Substituto
CNPJ 27.128.875/0001-20

Rua do Carmo 63 - 2º Andar - Centro
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20011-020
Direção: (21) 3872-4731 - Fone: (21) 2107-9823
Fax: (21) 7817-3426 - (21) 2107-8077
valeria@barros@globomail.com



17º OFÍCIO DE NOTAS DA CAPITAL-RJ
Fabio Firmino Oliveira
Subst. do Tabelião - CAD/CGJ nº 94.04293
Art. 20 da Lei 8.935/94

Valéria de Barros

Escrevente - Cel. 19658-4462

17º OFÍCIO DE NOTAS DA CAPITAL-RJ
Valéria de Barros
Escrevente CAD/CGJ nº 94.07718



17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

perante particulares, em tudo prestar declarações, requerer, recorrer, promover, acompanhar processos, juntar e retirar documentos, cumprir exigências, dar entrada e retirar certidões; participar de licitações, dar lances em Pregões, assinar propostas comerciais, assinar contratos e assinar recursos, enfim tudo o mais praticar para o bom, fiel e completo desempenho do presente mandato, podendo substabelecer. **Procuração esta feita conforme a minuta apresentada e válida até Agosto de 2014. LAVRADA SOB MINUTA.** Certifico, mais, que, pelo presente ato, são devidas custas da **Procuração**, conforme Portaria CGJ 17/2013, **Tabela VII, Item I** no valor de R\$ 178,84, acrescida das despesas previstas pela Tabela 01 da mesma Portaria (Distribuidor, CENSEC item 5 no valor de R\$ 19,72), sub-total 198,56, acrescida da Mutua dos Magistrados/Anoreg no valor de R\$ 10,65, conforme Lei 489 de 19.11.81 e Lei 3761/02, Acoterj no valor de R\$ 0,21, conforme Lei 590 de 26.10.82, mais 20% devidos a FETJ, consoante a Lei 3217/99, no valor de R\$ 39,71, mais 5% devidos a FUNDPERJ, consoante a Lei 4664/2005, no valor de R\$ 9,92, mais 5% devidos a FUNPERJ, consoantes a LC 111/2006 no valor de R\$ 9,92, mais 4% devidos a FUNARPENRJ consoantes a Lei 6.281/2012 no valor de R\$ 8,15, mais 2% atos gratuitos/PMCMV consoante a Lei Estadual 6370/12 no valor de R\$ 3,57; mais distribuição no valor de R\$ 19,72. Foi remetida a declaração sobre operação imobiliária - DOI, Conforme IN/SRF/163 de 23.12.1999 publicada no DOU de 28.12.1999. ASSIM o disse, do que dou fé e me pediu que lavrasse esta Procuração em minhas notas, a qual lhe sendo lido em voz alta, aceita e assina. Dispensada a presença de testemunhas conforme Artigo 240 da Consolidação das Normas da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. **Eu, (Assinado), VALÉRIA CARNEIRO DE BARROS, Escrevente - CAD/CGJ nº 94.07718**, conforme Lei Federal 8.935 de

18.11.1994, publicada no DO de 21.11.1994, lavrei, li, conferi,
assino e encerro o presente ato colhendo as assinaturas.- E

17.º OFÍCIO DE NOTAS DA CAPITAL-RJ
Fabio Firmo
Subst. do Tabelião - CADICGJ nº 04.04299
Art. 20 e 52 da Lei 3.395/94

eu, _____, assino a presente lavratura nos termos do
Decreto 35/09 da C.G.J.E.R.J., e subscrevo encerrando o
presente ato.-

**OUTORGANTE: ALLEN RIO SERVIÇOS E
COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA.-**

**Representada por seu sócio: CLAUDIO ANTONIO ROCHE
MOREIRA.-**
**OUTORGANTE: ALLEN RIO SERVIÇOS E
COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA.-**

Representada por seu sócio: MICHAEL VICTOR STRACHAN.-

17.º OFÍCIO DE NOTAS DA CAPITAL-RJ
Valéria do Ratto
Escrevente CADICGJ nº 04.07718

TRASLADADA A SEGUIR

Eu, Fabio Firmo, Escrevente, digitei e conferi.

E eu, _____, Substituto do Tabelião,

17.º OFÍCIO DE NOTAS DA CAPITAL-RJ
Fabio Firmo
Subst. do Tabelião - CADICGJ nº 04.04299
Art. 20 e 52 da Lei 3.395/94

subscrevo e assino em público e raso, encerrando a
presente lavratura.

17.º OFÍCIO DE NOTAS DA CAPITAL-RJ
Valéria do Ratto
Escrevente CADICGJ nº 04.07718

EM TESTEMUNHO

DA VERDADE

- E S C R E V E N T E -



DÉCIMA PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE
ALLEN RIO SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA.

CNPJ - 00.710.799/0001-00

CLAUDIO ANTONIO ROCHE MOREIRA, brasileiro, divorciado, comerciante, residente à Rua Visconde de Uruguai, n. 233, casa 04, Valparaíso, CEP 25.655-111, Petrópolis, portador da identidade expedida pelo SSP/DF de nº 502.243, e do CPF de número 699.088.507/68;

PAULO FERNANDO CAVALIN, brasileiro, casado por regime de separação total de bens, comerciante, residente à Rua Pereira da Silva, nº 251 - Bloco II - apto 802 - Laranjeiras, CEP. 22221-140, Rio de Janeiro/RJ, portador da identidade expedida pelo IFP/RJ de nº 08362768-7, e do CPF de nº 097.709.687/49;

MICHAEL VICTOR STRACHAN, brasileiro, casado por regime de separação total de bens, comerciante, residente à Rua Mário Alves, 371 - Barra da Tijuca, CEP 20770-160, Rio de Janeiro/RJ, portador da identidade expedida pelo IFP/RJ de nº 05816807-1 e do CPF de nº 801.636.887/53;

RICARDO DA SILVA PODDA JUNIOR, brasileiro, casado, comerciante, portador da carteira de identidade de nº 08742147-1 do IFP - RJ e do CPF sob o nº 014.221.407-84, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro na Rua Garibaldi, 225, 1304 - Bloco A - Tijuca - Cep: 20.511-330, Rio de Janeiro/RJ, únicos sócios da empresa "ALLEN RIO SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA", com sede na Rua Gonçalves Dias, nº 276, parte I, Valparaíso, Município de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, CEP 25.655-122, inscrita no CNPJ sob o nº 00.710.799/0001-00, com contrato social devidamente registrado na JUCERJA sob o nº 332053352-4 de 22 de junho de 1995 resolvem de comum acordo efetuar a presente alteração em conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Os sócios, neste ato, resolvem alterar o objeto social presente na cláusula terceira que passará a vigorar com a seguinte redação:

"TERCEIRA- A sociedade tem por objetivo as seguintes atividades:

- a) prestação de serviços de consultoria; treinamento; manutenção; desenvolvimento; fornecimento; locação e comercialização, de equipamentos eletro-eletrônicos, sistemas e softwares, tudo voltado para área de informática e computação em geral;
- b) importação e exportação;
- c) representação própria e de terceiros;

PROG:

10

10

10

10

- d) gestão, consultoria e treinamento em educação;
- e) desenvolvimento de soluções esportivas;
- f) participação no capital de outras sociedades civis e/ou comerciais, como sócia ou acionista, podendo constituir associação, parcerias, joint-ventures, consórcio e toda e qualquer espécie de forma societária ou participativa permitida em lei;
- g) produção e co-produção de obras cinematográficas ou videofonográficas de caráter educativo, cultural e meio ambiente de programas para TV, rádio e Internet, longa, média e curta-metragem, documentários, telefilme, minissérie e obra seriada;
- h) produção e co-produção de obras fotográficas e discográficas de caráter educativo, cultural e de meio ambiente;
- i) desenvolvimento de projetos de produção de obras cinematográficas ou videofonográficas;
- j) distribuição e exibição de obras cinematográficas ou videofonográficas;
- k) projetos de distribuição de obras em salas de exibição;
- l) produção e realização de exposições, mostras, festivais e espetáculos de artes cênicas e música;
- m) projetos de preservação e difusão do patrimônio artístico, cultural e histórico;
- n) edição de obras relativas às ciências humanas, letras e artes;
- o) promoção de cursos, oficinas e workshops de caráter cultural ou artístico e
- p) locação de equipamentos de cine e vídeo."

Diante da alteração acima e nos termos do novo Código Civil os sócios resolvem consolidar o contrato social da empresa, para que o mesmo produza seus efeitos legais.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DE

ALLEN RIO SERVICOS E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA.

CNPJ - 00.710.799/0001-00

PRIMEIRA- A sociedade girará sob o nome empresarial de ALLEN RIO - SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA, regendo-se pelo presente contrato, pela Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, como regência supletiva, pela Lei nº. 6.404/76 no que for aplicável e demais disposições legais pertinentes.

SEGUNDA- A sede social, domicílio e matriz é na Rua Gonçalves Dias, nº 276, parte I, Valparaíso, Município de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, CEP 25655-122, ficando desde já eleito o foro da Comarca de Petrópolis - Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer cumprimentos dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

TERCEIRA- A sociedade tem por objetivo as seguintes atividades:

- a) prestação de serviços de consultoria, treinamento, manutenção, desenvolvimento, fornecimento, locação e comercialização, de equipamentos eletro-eletrônicos, sistemas e softwares, tudo voltado para área de informática e computação em geral;
- b) importação e exportação;
- c) representação própria e de terceiros;
- d) gestão, consultoria e treinamento em educação;

- e) desenvolvimento de soluções esportivas;
- f) participação no capital de outras sociedades civis e/ou comerciais, como sócia ou acionista, podendo constituir associação, parcerias, joint-ventures, consórcio e toda e qualquer espécie de forma societária ou participativa permitida em lei;
- g) produção e co-produção de obras cinematográficas ou videofonográficas de caráter educativo, cultural e meio ambiente de programas para TV, rádio e Internet, longa, média e curta-metragem, documentários, telefilme, minissérie e obra seriada;
- h) produção e co-produção de obras fotográficas e discográficas de caráter educativo, cultural e de meio ambiente;
- i) desenvolvimento de projetos de produção de obras cinematográficas ou videofonográficas;
- j) distribuição e exibição de obras cinematográficas ou videofonográficas;
- k) projetos de distribuição de obras em salas de exibição;
- l) produção e realização de exposições, mostras, festivais e espetáculos de artes cênicas e música;
- m) projetos de preservação e difusão do patrimônio artístico, cultural e histórico;
- n) edição de obras relativas às ciências humanas, letras e artes;
- o) promoção de cursos, oficinas e workshops de caráter cultural ou artístico e;
- p) locação de equipamentos de cine e vídeo."

QUARTA- O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado.

QUINTA- O Capital Social da empresa, é de R\$ 1.500.000,00 (Um milhão e quinhentos mil reais), devidamente integralizado, em moeda corrente do País, dividido em 1.500 (Mil e quinhentas) quotas de valor nominal de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada uma, e assim distribuído entre os sócios:

Sócio	Quotas	Valor
Claudio Antonio Roche Moreira	375	R\$ 375.000,00
Paulo Fernando Cavalini	375	R\$ 375.000,00
Michael Victor Strachan	375	R\$ 375.000,00
Ricardo da Silva Pódda Junior	375	R\$ 375.000,00
TOTAL	1.500	R\$ 1.500.000,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As quotas são livremente transferíveis entre os sócios fora isto, o sócio que pretender alienar a terceiros, deverá comunicar aos demais quotista dessa intenção, indicando preços e condições. Se dentro de 60 dias a contar da comunicação com prova de recebimento, o ofertante não receber resposta dos demais sócios, ficará liberado para negociá-las com terceiros.

SEXTA- As deliberações sociais serão tomadas através de reuniões de sócios.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os sócios devem deliberar sobre:

Além de outras matérias indicadas na lei ou no contrato social.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

- I. Aprovar as contas dos administradores, até o último dia do quarto mês, subsequente ao término do exercício social;
- II. Designar administradores em ato separado do presente contrato social;
- III. Destituição de administradores;
- IV. Fixar a remuneração dos administradores;
- V. Modificação do contrato social;
- VI. Incorporação, fusão, cisão, transformação ou dissolução da sociedade, ou ainda a cessação do estado de liquidação;
- VII. Nomeação e destituição de liquidantes e o julgamento de suas contas;
- VIII. Pedido de concordata;
- IX. Alienação de bens de valores relevantes e fundos de comércio, fianças e avais;
- X. Eleição, destituição, fixação de remuneração e prazo de mandato de membros do conselho fiscal;
- XI. Outros assuntos de interesse social;

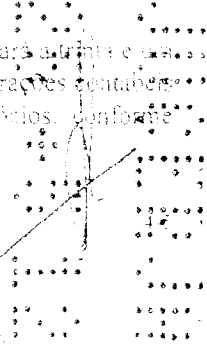
PARÁGRAFO SEGUNDO: As convocações dos sócios para as reuniões serão efetuadas por correspondência com o acerto do quíntuplo, e com antecedência mínima de oito dias, a pedido dos administradores.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A sociedade poderá, mediante deliberação social através de reunião que represente mais de 3/4 do capital social, determinar a exclusão de sócio por justa causa. Deliberando a reunião pela exclusão, os haveres do sócio excluído serão pagos em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas, corrigidas pelo índice de variação aplicado às cadernetas de poupança, com base em um balanço especial levantado para este fim, na data da exclusão.

SÉTIMA- A sociedade será administrada e representada, ativa e passivamente, judicial e extrajudicial exclusivamente pelos Srs. **CLAUDIO A. ROCHE MOREIRA, PAULO FERNANDO CAVALIN, MICHAEL VICTOR STRACHAN e RICARDO DA SILVA PODDA JÚNIOR** já qualificados acima, por prazo indeterminado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Todo e qualquer documento da sociedade, sejam contratos em geral, cheques, aberturas de contas correntes, procurações, bem como quaisquer outros documentos que necessitem da assinatura dos sócios da empresa deverão conter sempre 02 (duas) assinaturas.

OITAVA- O exercício social iniciar-se-á a primeiro de janeiro de cada ano e terminará a trinta e um de dezembro de cada ano quando será levantado balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis previstas em Lei ou neste Contrato Social que, serão apreciadas na reunião de sócios, conforme estabelecido na Cláusula Oitava, letra "F" deste instrumento.



PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os lucros, após, feitas as provisões legais e tecnicamente recomendadas, terão o destino que os quotistas indicarem.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Havendo antecipação de lucros e quaisquer outras retiradas semelhantes, e ao final do exercício social estes não se realizaram, os sócios, se obrigam, a repor as quantias recebidas a estes títulos, no prazo máximo de até dez dias contados do encerramento do exercício.

NONA - Em caso de falecimento de sócio será pago aos seus herdeiros os haveres do "de cujus", com base em um balanço patrimonial especial levantado na data do evento, e será pago em doze parcelas mensais, iguais e sucessivas, corrigidas pelo índice aplicado às cadernetas de poupança,

DÉCIMA - Havendo saída de qualquer sócio por qualquer outro motivo ou causa, exceto as disposições contidas neste contrato, os haveres do sócio que sair, será pagos em doze parcelas mensais, iguais e sucessivas, corrigidas pelo índice aplicado às cadernetas de poupança, com base em um balanço patrimonial especial levantado na data do evento.

DÉCIMA PRIMEIRA- Os Administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade.

E, por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento juntamente com as testemunhas abaixo em 01 via de igual teor para que produzam seus efeitos legais

Petrópolis-RJ, 29 de Março de 2012.

OLALDIO ANTONIO ROCHE MOREIRA

PAULO KERNANDO CAVALIN

MICHAEL VICTOR STRACHAN

RICARDO DA SILVA PODDA JUNIOR

JANAINA BARRETO FERNANDES PINTO COELHO

Advogada

OAB-RJ - 152.337

TESTEMUNHAS:

Juliana Loliola Bittencourt Azevedo

CPF nº 109.347.297-94.

DETALHES 02 0415811-7

Vivian Molina Rodrigues Perfeito

CPF nº 109.603.837-43

DETALHES 12 064036-2

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
Nome: ALLEN RIO SERVICOS E COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA	
Nire: 33.2.0533552-4	
Protocolo: 002012/179324-9 - 23/05/2012	
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM	25/05/2012 E O REGISTRO EM
E DATA ABAIXO	

DECLARAÇÃO

24/04

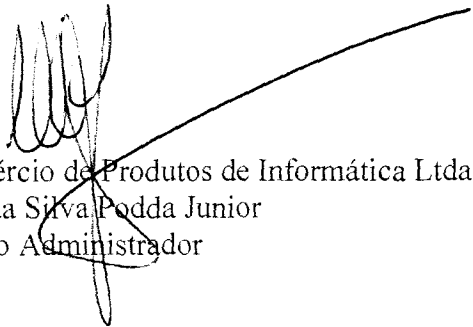
23

~~24~~

ALLEN RIO SERV. E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.710.799/0001-00, domiciliada à Rua Gonçalves Dias, nº 276, parte 1, Valparaíso, Petrópolis, RJ, CEP: 25.655-122, declara, sob as penas da lei, não possuir sócio / titular que seja empregado ou dirigente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ou de suas subsidiárias (BNDES Participações S/A – BNDESPAR e a Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME), não estando incursa na hipótese prevista no art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/93.

Igualmente, declara que não possui administrador ou sócio / titular com poder de direção que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consangüinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de detentor de cargo em comissão ou função de confiança lotado na área do BNDES responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior.

Rio de Janeiro, 15 de abril de 2014.


Allen Rio Serviços e Comércio de Produtos de Informática Ltda.
Ricardo da Silva Podda Junior
Sócio Administrador

Ao

21
RD

Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

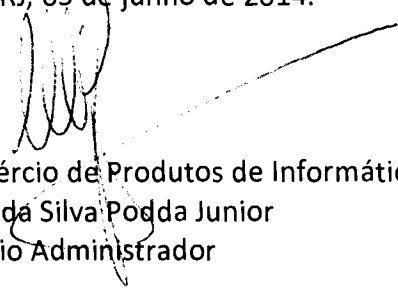
Ref.: Contrato OCS 165/2014

DECLARAÇÃO RELATIVA A TRABALHO DE MENORES

ALLEN RIO SERV. E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.710.799/0001-00, por intermédio de seu representante legal o Sr Ricardo da Silva Podda Junior, portador da Carteira de Identidade nº08.742.347-1 DETRAN-RJ e do CPF nº 014.221.407-84, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (X)

Petrópolis/RJ, 05 de junho de 2014.



Allen Rio Serviços e Comércio de Produtos de Informática Ltda.
Ricardo da Silva Podda Junior
Sócio Administrador



Classificação do documento: Ostensivo
Sem restrição de acesso
Unidade gestora: AA/DEJUR

25
AD

INFORMAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

ÁREA: Área de Administração – AA.

CONTRATO: OCS nº 165/2014 - SAP Nº 4400000621

CONTRATADA: ALLEN RIO SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA.

OBJETO: Aquisição de 05 pacotes (packs) de licenças, com dois núcleos cada, do software Microsoft SQL Server Enterprise 2012, conforme especificações constantes da Ata de Registro de Preços nº 03/2013, de 04.07.2013, do BNDES.

VALOR GLOBAL: Até R\$ 97.291,40 (noventa e sete mil, duzentos e noventa e um reais e quarenta centavos).

PRAZO: Até 3 (três) meses, contados de sua assinatura.

AUTORIZAÇÃO: Memo ATI/DESET/GSUP nº 045/2014, de 21/05/2014.

FUNDAMENTO LEGAL DA CONTRATAÇÃO: Lei 8.666/93, Lei nº 10.520/02, Decreto nº 3.555/00 e Decreto nº 5.450/05.

ADVOGADA: Cristina Telles de Araújo.

REGULARIDADE PARA CONTRATAÇÃO (INFORMAÇÕES EM ANEXO):

CND - INSS
Receita Federal
FGTS
CNDT
CEIS/CGU
CNJ

DATA DE ASSINATURA: 10/06 /2014.

Cristina Telles de Araújo
Advogada
AA/DEJUR/GEJUR2

Cesar Santos Rodrigues
Gerente
AA/DEJUR/GEJUR2

Marcelo Simon da Silva
Chefe de Departamento
AA/DEJUR

Petrópolis/RJ, 23 de junho de 2014.

AO

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL – BNDES

Avenida República do Chile nº 330 – 18º andar- Torre Oeste- – ET 68

Centro - Rio de Janeiro – RJ

ATT.: **Sra. Kaisa Marinato Marques de Souza**
Departamento Jurídico

K

13

REF.: Contrato OCS Nº 165/204

SAP nº 440000621

Prezados Senhores.

Atraves da presente estamos encamiando :

- 01 via do Contrato em epigrafe com reconhecimento de firma.

Sendo só para o momento e pondo-nos a disposição de V.Sas., para quaisquer esclarecimentos, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

Karen Cortese
Allen Rio Serviços e Comércio de Produtos de Informática Ltda.

Karen Cortese

Licitação RJ

Karen.cortese@allen.com.br

Tel.: (21) 3184-9630

Tel: (24) 2103-0300

Fax: (21) 2240-4832

Rua Gonçalves Dias, Nº 276, parte 1
Valparaíso. Petrópolis / RJ.

www.allen.com.br

CONTRATO OCS Nº 165/2014
SAP Nº 4400000621

CONTRATO DE COMPRA E VENDA QUE
ENTRE SI CELEBRAM O BANCO NACIONAL
DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
SOCIAL – BNDES E ALLEN RIO SERVIÇOS E
COMÉRCIO DE PRODUTOS DE
INFORMÁTICA LTDA, NA FORMA ABAIXO:

O **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES**, doravante denominado simplesmente **BNDES**, neste ato representado na forma do seu Estatuto Social; e **ALLEN RIO SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA**, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, neste ato representado na forma do seu Contrato Social, ambos qualificados na Ata de Registro de Preços nº 03/2013 – **BNDES**, em conformidade com o Pregão Eletrônico AA nº 06/2013 – **BNDES**, conforme previsão orçamentária sob as rubricas nº 1800100001 – Intangível/Uso/Sist Proc Dados-Custo (antiga rubrica nº 1480.26.01.01-4 – SIST. PROC. DADOS – SOFTWARE) e nº 3101700040 - D Op/D Adm /Proc Dados/Assessoria TI (antiga rubrica nº 3141.10.12.01-0 – ASSESSORIA TÉCNICA TI), observado o disposto na Lei nº 8.666/1993 e no Decreto nº 7.892/2013, têm, entre si, justo e contratado o que se contém nas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a aquisição de 05 pacotes (*packs*) de licenças, com dois núcleos cada, do *software* Microsoft SQL Server Enterprise 2012, conforme especificações constantes da Ata de Registro de Preços nº 03/2013, de 04.07.2013, do **BNDES**.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Contrato será de até 3 (três) meses, contados de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Todas as especificações, condições e obrigações previstas na Ata e em seus Anexos deverão ser observadas na execução do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – RECEBIMENTO DO OBJETO

O **BNDES** efetuará o recebimento do objeto, através da Comissão de Recebimento indicada na Cláusula Décima, inciso IV, deste Contrato, observadas as condições e os procedimentos a seguir.

Parágrafo Primeiro


Cristina Telles
Advogada
AA/DEJUR/GEJUR2

Jurídico Allen

O **CONTRATADO**, quando da execução do objeto, deverá observar as seguintes orientações:

I. não serão aceitos produtos de marca/modelo diverso do informado na Proposta do **CONTRATADO**, salvo se previamente autorizado pelo **BNDES**.

II. as licenças serão recebidas provisoriamente, quando da respectiva entrega, mediante Termo de Recebimento Provisório, para posterior verificação de sua conformidade com as especificações, condições e obrigações previstas no respectivo Contrato e em seus Anexos. Verificada a necessidade de ajustes, correções e/ou substituições, o seguinte procedimento será adotado:

- a) o **CONTRATADO** será convocado a efetuá-los, às suas expensas, em até 10 (dez) dias úteis a contar da convocação. A concessão de prazo para ajustes, correções e/ou substituições não impede a instauração de procedimento punitivo para aplicação de penalidade, nos termos do item 10 destas Especificações Técnicas.
- b) realizados os ajustes e/ou as substituições solicitadas pelo **BNDES**, será emitido novo Termo de Recebimento Provisório, sendo realizada, em seguida, nova avaliação de conformidade pelo **BNDES**.
- c) não realizados os ajustes e/ou as substituições solicitadas, o objeto será rejeitado, podendo o respectivo Contrato ser rescindido pelo **BNDES**, sem prejuízo da instauração de procedimento punitivo para a aplicação de penalidade.

III. verificado o atendimento das especificações, condições e obrigações previstas no respectivo Contrato e em seus Anexos, o **BNDES** receberá definitivamente o objeto, em até 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento provisório, através da emissão de Termo de Recebimento Definitivo, sendo observado que:

- a) o recebimento definitivo do objeto constitui condição indispensável para o pagamento do valor ajustado;
- b) o recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do **CONTRATADO** por vícios revelados posteriormente, nem pela garantia dos produtos entregues e/ou dos serviços realizados;
- c) o recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução contratual, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo respectivo Contrato.

IV. os produtos a serem entregues pelo **CONTRATADO** devem estar, obrigatoriamente, em suas versões finais, não devendo ser entregues, para este fim, em suas versões preliminares, *drafts*, rascunhos ou similares.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

O **BNDES** pagará ao **CONTRATADO**, pelo objeto contratado, o valor global de até R\$ 97.291,40 (noventa e sete mil, duzentos e noventa e um reais e quarenta centavos) observados os custos unitários registrados na Ata de Registro de Preços (Anexo II a este Instrumento).

Jurídico Allen

Cristina Telles
Advogada

AA/DEJUR/GEJUR2

Parágrafo Primeiro

No valor ajustado no *caput* desta Cláusula estão incluídos todos os insumos, encargos trabalhistas e tributos, inclusive contribuições fiscais e parafiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução deste Contrato.

Parágrafo Segundo

Caso o **BNDES** não demande o total de objetos previstos nos incisos do *caput* desta Cláusula, não será devida indenização ao **CONTRATADO**, observadas as prescrições da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em parcela única, após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, por meio de crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis a contar da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que tenha sido efetuado ateste pelo Gestor do Contrato das obrigações contratuais assumidas pelo **CONTRATADO**.

Parágrafo Primeiro

Para toda efetivação de pagamento, o **CONTRATADO** deverá apresentar no mínimo 2 (duas) vias da Nota Fiscal/Fatura no Protocolo do Edifício de Serviços do **BNDES** no Rio de Janeiro - EDSERJ, localizado na Avenida República do Chile nº 100, Térreo, Centro, Rio de Janeiro, CEP nº 20.031-917, no período compreendido entre 10h e 18h.

Parágrafo Segundo

A Nota Fiscal/Fatura deverá conter, minimamente, as seguintes informações:

- I. número da Ordem de Compra/Serviço – OCS;
- II. descrição detalhada do objeto executado e dos respectivos valores;
- III. nome e CNPJ do **CONTRATADO**, cuja regularidade fiscal foi avaliada na fase de habilitação;
- IV. nome e número do banco e da agência, bem como o número da conta corrente do **CONTRATADO**;
- V. tomador dos serviços: **BNDES**;
- VI. CNPJ do tomador dos serviços: 33.657.248/0001-89;
- VII. código do serviço, nos termos da lista anexa à Lei Complementar nº 116/2003, se for o caso.

Parágrafo Terceiro

À Nota Fiscal/Fatura deverão ser anexados:

- I. certidões de regularidade fiscal e trabalhista exigidas na fase de habilitação;
- II. comprovante de que o **CONTRATADO** é optante do Simples Nacional, se for o caso;
- III. em caso de isenção/imunidade tributária, documentos comprobatórios com a indicação do dispositivo legal que ampara a isenção/imunidade; e

Juridico Allen

Cristina Telles
Advogada

AA/DEJUR/GEJUR2

IV. demais documentos solicitados pelo Gestor do Contrato, necessários ao pagamento do objeto contratado.

Parágrafo Quarto

Caso sejam verificadas divergências na Nota Fiscal/Fatura, o **BNDES** devolverá o documento fiscal ao **CONTRATADO**, interrompendo-se o prazo de pagamento até que este providencie as medidas saneadoras ou comprove a correção dos dados contestados pelo **BNDES**.

Parágrafo Quinto

Os pagamentos a serem efetuados em favor do **CONTRATADO** estarão sujeitos, no que couber, às retenções de tributos, nos termos da legislação tributária e com base nas informações prestadas pelo **CONTRATADO**.

Parágrafo Sexto

Caso o **BNDES** não efetue o pagamento na forma prevista nesta Cláusula, em decorrência de fato não atribuível ao **CONTRATADO**, aos valores devidos serão acrescidos juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, *pro rata tempore*, calculados desde o dia do vencimento até a data da efetiva liquidação.

Parágrafo Sétimo

Os pagamentos referentes ao serviço de tutoria serão realizados após o fechamento de cada Ordem de Serviço (OS), e eventualmente, a critério do **BNDES**, conforme as condições estabelecidas nos subitens 2.3.16, 2.3.17 e 2.3.19 do Termo de Referência do e o limite total de horas definido no subitem 2.3 do Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA – EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

Considerando o prazo de vigência do presente Contrato, não se admite reajuste ou repactuação de preços, devendo o **CONTRATADO** arcar com eventuais elevações dos custos decorrentes de fatores ordinários, tais como alterações de acordo ou convenção coletiva de trabalho.

Parágrafo Primeiro

O **BNDES** e o **CONTRATADO** têm direito à revisão de preços, em consonância com o inciso XXI, do artigo 37, da Constituição Federal, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis que onere ou desonere as obrigações pactuadas no presente Instrumento, sendo que:

- I. o **CONTRATADO** deverá formular ao **BNDES** requerimento para a revisão do Contrato, comprovando a ocorrência do fato gerador;
- II. a comprovação será realizada por meio de documentos, tais como, atos normativos que criem ou alterem tributos, lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da Proposta e do momento do pedido da revisão;

Cristina Telles
Advogada
AA/DEJUR/GEJUR2

- III. com o requerimento, o **CONTRATADO** deverá apresentar planilhas de custos unitários, comparativas entre a data da formulação da Proposta e o momento do pedido de revisão, contemplando os custos unitários envolvidos e evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercuta no valor pactuado; e
- IV. o **BNDES** examinará o requerimento e informará ao **CONTRATADO** quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Segundo

O **CONTRATADO** deverá solicitar a revisão de preços até o encerramento do Contrato, hipótese em que os efeitos financeiros serão concedidos de modo retroativo a partir do fato gerador, observando-se, ainda, que:

- I. caso o fato gerador da revisão de preços ocorra com antecedência inferior a 60 (sessenta) dias do encerramento do Contrato, o **CONTRATADO** terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do fato gerador, para solicitar a revisão de preços;
- II. o **BNDES** deverá analisar o pedido de revisão de preços em até 60 (sessenta) dias, contados da solicitação e da entrega pelo **CONTRATADO** dos comprovantes de variação dos custos, ficando este prazo suspenso, a critério do **BNDES**, enquanto o **CONTRATADO** não apresentar a documentação solicitada para a comprovação da variação de custos; e
- III. caso o **CONTRATADO** não solicite a revisão de preços nos prazos fixados acima, não fará jus à mesma, operando-se a renúncia ao direito.

CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA CONTRATUAL

O **CONTRATADO** prestará, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da assinatura deste Contrato, garantia contratual, observadas as condições para a sua aceitação estipuladas no item 7.1 do Edital do Pregão Eletrônico AA nº 06/2013 - **BNDES**, no valor de R\$ 4.864,57 (quatro mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do presente Contrato, que lhe será devolvida após a verificação do cumprimento fiel, correto e integral dos termos contratuais.

Parágrafo Único

Em caso de aumento do valor contratual, prorrogação do prazo de vigência do Contrato, utilização total ou parcial da garantia pelo **BNDES**, ou demais situações que impliquem em perda ou insuficiência da garantia, o **CONTRATADO** deverá providenciar a complementação ou substituição da garantia prestada no prazo determinado pelo **BNDES** ou pactuado em aditivo ou em apostilamento, observadas as condições originais para aceitação da garantia estipuladas no Edital.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Além de outras obrigações estabelecidas neste Instrumento, em seus Anexos, inclusive na Ata de Registro de Preços, ou nas leis vigentes, particularmente na Lei nº 8.666/1993, ou que entrarem em vigor, constituem obrigações do **CONTRATADO**:

Cristina Telles
Advogada
AA/DEJUR/GEJUR2

- I. manter durante a vigência deste Contrato todas as condições de habilitação exigidas quando da contratação, comprovando-as sempre que solicitado pelo **BNDES**;
- II. comunicar a imposição de qualquer penalidade que acarrete o impedimento de contratar com o **BNDES**, bem como a eventual perda dos pressupostos para a licitação;
- III. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou de materiais empregados;
- IV. reparar todos os danos e prejuízos causados ao **BNDES**, decorrentes de sua culpa ou dolo, não restando excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte do Gestor do Contrato;
- V. pagar todos os encargos e tributos, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto deste Contrato, podendo o **BNDES**, a qualquer momento, exigir do **CONTRATADO** a comprovação de sua regularidade;
- VI. providenciar, perante a Receita Federal do Brasil – RFB, sua exclusão obrigatória do SIMPLES, no prazo estipulado pelo artigo 30 da Lei Complementar nº 123/2006, se o **CONTRATADO**, quando optante do SIMPLES, extrapolar o limite de receita bruta anual previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, ao longo da vigência deste Contrato;
 - a) nesta hipótese, caberá ao **CONTRATADO** arcar com eventuais custos decorrentes da alteração de regime tributário, sendo vedado o pedido de re-equilíbrio econômico-financeiro do Contrato com este fundamento;
- VII. permitir vistorias e acompanhamento da execução do objeto pelo Gestor do Contrato;
- VIII. obedecer às instruções e aos procedimentos, estabelecidos pelo **BNDES**, para a adequada execução do Contrato;
- IX. designar 01 (um) preposto como responsável pelo Contrato firmado com o **BNDES**, para participar de eventuais reuniões e ser o interlocutor do **CONTRATADO**, zelando pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste Instrumento;
- X. impedir a participação, direta ou indireta, de empregado ou dirigente do **BNDES** ou de suas subsidiárias na execução do objeto do presente Contrato;
- XI. observar o Código de Ética do Sistema **BNDES** vigente ao tempo da contratação, o qual deverá ser consultado por intermédio do sítio eletrônico www.bndes.gov.br ou requisitado ao Gestor do Contrato, assegurando-se de que seus representantes legais e que todos os profissionais envolvidos na execução do objeto pautem seu comportamento e sua atuação pelos princípios nele constantes;
- XII. assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa em relação ao objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas na prestação dos serviços;
- XIII. atender prontamente quaisquer exigências do representante da Administração, no que diz respeito às necessidades do **BNDES**;
- XIV. prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo **BNDES**;
- XV. aceitar, por parte do **BNDES**, em todos os aspectos, a fiscalização nos serviços executados;
- XVI. caso venha a ter acesso a dados, materiais, documentos e informações de natureza sigilosa, direta ou indiretamente, em decorrência da execução do objeto contratual, manter o

Cristina Telles
Advogada
AA/DEJUR/GEJUR2

sigilo dos mesmos, bem como orientar os profissionais envolvidos a cumprir esta obrigação, respeitando-se as diretrizes e normas da Política Corporativa de Segurança da Informação do **BNDES**.

XVII. reparar todos os danos e prejuízos que comprovadamente sejam de sua responsabilidade, quer sejam ocasionados por materiais, equipamentos ou mão-de-obra, em toda a área envolvida na execução do objeto, bem como por erros ou falhas na execução ou administração do(s) Contrato(s), não restando excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte do Gestor do(s) Contrato(s);

XVIII. cumprir, durante a execução do(s) Contrato(s), as leis federais, estaduais e municipais vigentes ou que entrarem em vigor, sendo a única responsável pelas infrações cometidas, convencionando-se, desde já, que o **BNDES** poderá descontar de qualquer crédito do **CONTRATADO** a importância correspondente a eventuais pagamentos desta natureza que venha efetuar por imposição legal;

XIX. corrigir quaisquer falhas verificadas na execução do objeto, sem qualquer ônus adicional para o BNDES, cumprindo todas as determinações do **BNDES**;

XX. garantir a autenticidade das licenças adquiridas sabendo que estará exposta a todas as sanções cíveis e criminais decorrentes dos atos de violação de direitos autorais e pirataria de *software*;

XXI. apresentar em até 10 (dez) dias úteis após a convocação do **BNDES** a documentação do fabricante comprovando o quantitativo de licenças de *software* adquiridas e o conjunto de mídias contendo a versão mais recente do *software*; e

XXII. em até 15 (quinze) dias corridos a contar da assinatura deste Contrato apresentar, em reunião preliminar conforme item 15 do Termo de Referência, as comprovações de requisitos técnicos.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO BNDES

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento, em seus Anexos, na Ata de Registro de Preços ou em lei, particularmente na Lei nº 8.666/1993, constituem obrigações do **BNDES**:

I. realizar os pagamentos devidos ao **CONTRATADO**, nas condições estabelecidas neste Contrato;

II. designar, como Gestor do Contrato, responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato e por representar o **BNDES** perante o **CONTRATADO**, o Coordenador de Serviços, ou seu substituto, da ATI/DESET/GSUP, responsável pela administração de bancos de dados na ATI, função atualmente exercida pelo funcionário Mauro Staretz, consoante as disposições do artigo 67 da Lei nº 8.666/1993.

III. alterar, quando conveniente, o Gestor do Contrato por outro profissional, mediante comunicação escrita ao **CONTRATADO**;

IV. designar a Comissão de Recebimento, a quem caberá o recebimento do objeto, em conjunto com o Gestor do Contrato;

V. fornecer ao **CONTRATADO**, quando solicitado ao

Cristina Telles
Advogada
AA/DEJUR/GEJUR2

Jurídico Allen

do Contrato, cópia do Código de Ética do Sistema **BNDES** e da Política Corporativa de Segurança da Informação do **BNDES**;

VI. colocar à disposição do **CONTRATADO** todas as informações necessárias à perfeita execução dos serviços objeto deste Contrato; e

VII. comunicar ao **CONTRATADO**, por escrito:

- a) quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados ao Contrato;
- b) a abertura de procedimento administrativo para a apuração de condutas irregulares do **CONTRATADO**, concedendo-lhe prazo para defesa; e
- c) a aplicação de eventual penalidade, nos termos deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – CESSÃO DE CRÉDITOS, CESSÃO CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente Contrato, bem como a emissão, por parte do **CONTRATADO**, de qualquer título de crédito em razão do mesmo.

Parágrafo Primeiro

É admitida a cessão contratual somente nas hipóteses em que o **CONTRATADO** realizar as operações societárias de fusão, cisão ou incorporação, condicionada aos seguintes requisitos:

- I. aquiescência prévia do **BNDES**, que analisará eventuais riscos/prejuízos decorrentes de tal alteração contratual; e
- II. manutenção de todas as condições contratuais e requisitos de habilitação originais.

Parágrafo Segundo

Caso ocorra a cessão contratual admitida no Parágrafo acima, o cessionário assumirá integralmente a posição do cedente, passando a ser responsável pela execução do presente Contrato, fazendo, por conseguinte, jus ao recebimento dos créditos dele decorrentes.

Parágrafo Terceiro

Não é admitida subcontratação do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido:

- I. por ato unilateral do **BNDES**, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Contrato, quando cabível;
- II. por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo, e desde que haja conveniência para o **BNDES**; e
- III. por via judicial, nos termos da legislação.

Parágrafo Primeiro

jurídico Allen


Cristina Telles
Advogada
AA/DEJUR/GEJUR2

Rescindido o Contrato, nos termos dos incisos I ao XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, o **CONTRATADO** responderá por eventuais perdas e danos e sujeitar-se-á às penalidades decorrentes do Contrato, apuradas em procedimento administrativo, bem como às consequências previstas no artigo 80 da Lei nº 8.666/1993, no que couber.

Parágrafo Segundo

Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, sem que haja culpa do **CONTRATADO**, será esta ressarcida dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, observando-se, ainda, o disposto no artigo 79, parágrafo segundo, da mesma Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PENALIDADES

Em relação ao fornecimento das licenças, o **CONTRATADO** deverá respeitar os prazos definidos na Tabela abaixo, ficando sujeita à aplicação das penalidades previstas na referida tabela, em caso de descumprimento.

Tabela – Prazos acordados e penalidades aplicáveis para o fornecimento de licenças

Descrição	Prazo de solução máximo	Multa aplicável
Apresentação de documentação comprovando o quantitativo de licenças adquiridas, bem como sua autenticidade e um conjunto de mídias contendo a versão mais recente do <i>software</i> .	10 (dias) dias úteis após solicitação do BNDES	Multa de até 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso incidente sobre o valor global do respectivo Contrato e limitado a 10% (dez por cento) do valor global do respectivo Contrato
Assinatura da Ata de Registro de Preços	5 (cinco) dias úteis após convocação do BNDES	Multa de até 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso incidente sobre o valor global da Ata e limitado a 10% (dez por cento) do valor global da Ata.

Parágrafo Primeiro

Em caso de descumprimento parcial ou total do(s) Contrato(s), o **CONTRATADO** ficará sujeito às seguintes penalidades:

- I) advertência;
- II) na hipótese de a Contratada deixar de cumprir quaisquer obrigações do respectivo Contrato, excetuando-se aquelas já previstas nas Tabelas acima e na tabela constante do item 9.11 do Termo de Referência (Anexo I deste Contrato), multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global máximo do respectivo Contrato;
- III) na hipótese de a Contratada exceder o máximo de ajustes de pagamento já previstos no item 9 do Termo de Referência (Anexo I deste Contrato), multa;

Cristina Telles
Advogada

AA/DEJUR/GEJUR2

de até 10% (dez por cento) sobre o valor global máximo do respectivo Contrato;

- IV) suspensão, pelo prazo legalmente previsto, de participação em licitação e impedimento de contratar com o BNDES.

Parágrafo Segundo

O total das multas aplicadas não poderá exceder o montante de 30% (trinta por cento) do valor global do respectivo Contrato.

Parágrafo Terceiro

Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades serão assegurados ao **CONTRATADO** o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Quarto

A aplicação das sanções previstas não impede a rescisão unilateral do(s) Contrato(s) pelo **BNDES**, nas hipóteses legalmente previstas e conforme estabelecido no mesmo.

Parágrafo Quinto

A imposição das penalidades previstas nos incisos I a III desta Cláusula não impede a rescisão unilateral do Contrato pelo **BNDES**, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVIII, do artigo 78, da Lei nº 8.666/1993.

Parágrafo Sexto

As penalidades previstas nos incisos I e III do *caput* desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a indicada no inciso II.

Parágrafo Sétimo

A multa aplicada ao **CONTRATADO** e os prejuízos por ele causados ao **BNDES** serão deduzidos de quaisquer créditos a ele devidos, inclusive da garantia prestada, ressalvada a possibilidade de cobrança judicial da diferença eventualmente não coberta pelos mencionados créditos.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Contrato representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto.

Parágrafo Primeiro

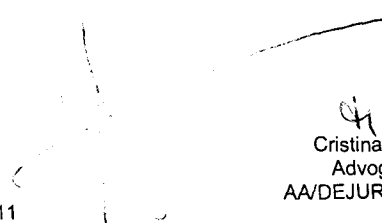
Integram o presente Contrato:

Anexo I - Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico AA nº 06/2013 - **BNDES**

Anexo II - Ata de Registro de Preços nº 03/2013- **BNDES**

Anexo III – Proposta comercial do licitante.

Parágrafo Segundo


Cristina Telles
Advogada
AA/DEJUR/GEJUR2

Jurídico Allen

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente deste Contrato não constituirá renúncia ou novação nem impedirá as partes de exercerem os seus direitos a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – FORO

É competente o foro da cidade do Rio de Janeiro para solucionar eventuais litígios decorrentes deste Contrato, afastado qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

As folhas deste Contrato são rubricadas por Cristina Telles de Araújo, advogada do **BNDES**, por autorização do representante legal que o assina.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente Instrumento, redigido em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, 10 de junho de 2014.



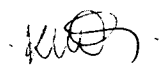
Francisco de Assis Almeida
Chefe de Departamento
AA/DEJUR

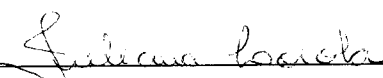
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES

Ricardo da S. Podda Junior
Sócio Administrador
CPF: 014.221.407-84

24º OFÍCIO

ALLEN RIO SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA**TESTEMUNHAS:**



Nome: Raissa Menezes Pinheiro
CPF: 422.205.067-09


Nome: Juliana Loliola Bittencourt Azevedo
CPF: 175994 OAB-RJ

RECONHECIDO POR SEMELHANÇA 24º OF. DE NOTAS - JOSE MARIS F. P. PINTO
A(S) FIRMA(S) DE Av. Alm. Barroso, 139 C - (21) 3657-4020
RICARDO DA SILVA PODDA JUNIOR

Valor total: 5,70
Rio de Janeiro, 23/06/2014. MARCELO BARBOSA DA SILVA
EANT50565-HDJ
Consulte em <https://www3.tjri.jus.br/sitepublico>




Cristina Telles
Advogada
AA/DEJUR/GEJUR2

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO AA Nº 06/2013 - BNDES
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto o registro de preços para: (i) aquisição de licenças do software Microsoft SQL Server Enterprise, contemplando a aquisição de até 80 (oitenta) pacotes (packs) de licenças, com dois núcleos cada, do software Microsoft SQL Server Enterprise Core 2012, (ii) aquisição de licenças do software Microsoft SQL Developer 2012, contemplando a aquisição de até 272 (duzentas e setenta e duas) licenças de Microsoft SQL Developer 2012 e (iii) prestação de até 1.232 (mil duzentas e trinta e duas) horas do serviço acessório de tutoria (*mentoring*) para apoio no processo de atualização de 12 (doze) servidores com 23 (vinte e três) instâncias de banco de dados e aplicações do Microsoft SQL Server 2000 para o Microsoft SQL Server 2012.

2. ESPECIFICAÇÃO DOS OBJETOS

2.1. Com relação à aquisição de licenças do software Microsoft SQL Server Enterprise Core 2012:

2.1.1. Deverão ser fornecidos, caso solicitado, até 80 (oitenta) pacotes (packs), com dois núcleos cada pacote, de novas licenças do software Microsoft SQL Server Enterprise Core 2012.

2.1.2. Deverá haver garantia de atualização técnica e de segurança do fabricante durante o ciclo de vida do produto. Entende-se por garantia técnica e de segurança as melhorias ocorridas durante o ciclo de vida do produto, como correções de erros, *service packs* e pacotes de segurança.

2.1.3. Por se tratar de compra por registro de preços inexistente, em tese, obrigação por parte da Administração Pública em firmar qualquer relação contratual decorrente da Ata, consoante disposto no art. 16º do Decreto nº 7.892/2013. Assim, o BNDES decidirá por cada aquisição de acordo com seu critério de conveniência e oportunidade, considerando a vantajosidade e a economicidade da compra. Porém, o BNDES compromete-se a demandar, durante todo o prazo de vigência da Ata, o quantitativo mínimo de 64 (sessenta e quatro) pacotes (packs) de novas licenças de Microsoft SQL Server Enterprise Core 2012.

2.2. Com relação à aquisição de licenças do software Microsoft SQL Developer 2012:

2.2.1. Deverão ser fornecidas, caso solicitado, até 272 (duzentas e setenta e duas) licenças de uso de software do Microsoft SQL Developer 2012.

2.2.2. Deverá haver garantia de atualização técnica e de segurança do fabricante durante o ciclo de vida do produto. Entende-se por garantia técnica e de segurança as melhorias ocorridas durante o ciclo de vida do produto, como correções de erros, *service packs* e pacotes de segurança.

- 2.2.3. Por se tratar de compra por registro de preços inexistentes, a obrigação por parte da Administração Pública em firmar qualquer relação contratual decorrente da Ata, consoante disposto no 16º do Decreto nº 7.802/2013. Assim, o BNDES decidirá por cada aquisição de acordo com seu critério de conveniência e oportunidade, considerando a viabilidade e a economicidade da compra. Porém, o BNDES compromete-se a demandar, durante todo o prazo de vigência da Ata, o quantitativo máximo de 218 (duzentas e dezoito) licenças da *Microsoft SQL Developer 2012*.
- 2.3. Com relação à prestação de serviço acessório de tutoria (mentorias), são até 1.232 (mil duzentas e trinta e duas) horas, para apoio no processo de atualização do banco de dados e aplicações do *Microsoft SQL Server 2000* para o *Microsoft SQL Server 2012*:
- 2.3.1. O serviço a ser eventualmente contratado delinea-se por prestar tutoria na atualização dos bancos de dados *Microsoft SQL Server* dos ambientes de homologação, desenvolvimento e produção da versão *Microsoft SQL Server 2000 compatibility level 80* (oitenta) para a versão *Microsoft SQL Server 2008 R2* e, a seguir, para a versão *Microsoft SQL Server 2012 compatibility level 110* (cento e dez). Na prestação de serviços também está inclusa a tutoria para a atualização do sistema operacional dos servidores do *Windows Server 2003 Enterprise Edition* para *Windows Server 2008 Enterprise Edition*.
- 2.3.2. Além da tutoria no processo de atualização dos bancos de dados, integra o serviço o auxílio para testes e ajustes, visando o adequado funcionamento das aplicações que executavam na plataforma *Microsoft SQL Server 2000* e serão redirecionadas para a nova versão do SGBD (Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados).
- 2.3.3. As aplicações que fazem parte do escopo deste objeto foram desenvolvidas com as seguintes tecnologias:
- a) ASP:Transact-SQL;
 - b) Delphi:FoxPro;
 - c) Delphi:Natural;
 - d) Delphi:Transact-SQL;
 - e) Java:Natural:Transact-SQL;
 - f) Java:Transact-SQL;
 - g) Natural:FoxPro;
 - h) Natural:Transact-SQL;
 - i) Notes:Transact-SQL.
- 2.3.4. As horas de tutoria se destinam a apoiar a equipe do BNDES nas alterações que porventura se fizerem necessárias para o correto funcionamento das aplicações.
- 2.3.5. Os profissionais a serem alocados ao serviço deverão atender aos seguintes requisitos para experiência prática e conhecimento teórico:

40
AB



- a) Experiência prática: comprovação de experiência prática, aposta com declaração emitida pelo responsável pela empresa onde foi executado o trabalho, na migração do SGBD Microsoft SQL Server 2000 para o Microsoft SQL Server 2008 ou para o Microsoft SQL Server 2012 com no mínimo:

2.3.5.a.1. 6 (seis) servidores MS SQL Server;

2.3.5.a.2. 12 (doze) instâncias;

2.3.5.a.3. 1.000 (mil) tabelas.

- b) Conhecimento teórico: Certificação MCTS SQL Server 2008, *Implementation and Maintenance* ou certificação Microsoft equivalente mais recente, comprovada mediante apresentação do *Microsoft Certified Professional Transcript* dos profissionais.

- c) Curso de graduação completo, em instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, em Análise de Sistemas, Tecnologia da Informação, Processamento de Dados, Ciência da Computação, Engenharia da Computação, Engenharia de Sistemas, Engenharia Eletrônica, Engenharia de Telecomunicações ou Bacharelado em Informática, ou ainda, curso de graduação completo, em instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, na área de Ciências Exatas com especialização ou Pós-Graduação, em instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, nas áreas anteriormente listadas.

2.3.6. Para a comprovação de experiência prática não serão aceitas declarações emitidas pela própria Contratada ou por empresa eventualmente subcontratada para a prestação do serviço.

2.3.7. A Contratada deverá prestar horas de tutoria (*mentoring*), objetivando a atualização do SGBD e o correto funcionamento das aplicações, contemplando técnicas, boas práticas e melhorias do processo, observado o seguinte escopo:

- a) Orientação e transferência de conhecimento quanto ao uso, operação, administração, instalação, suporte, resolução de problemas e gestão da solução, visando otimizar a produtividade dos profissionais do BNDES e garantir a qualidade dos serviços correlatos.

- b) Orientação quanto à integração do SGBD às tecnologias e ferramentas existentes no BNDES.

2.3.8. Os profissionais da Contratada deverão possuir qualificação técnica apropriada para exercer as atividades ou serviços demandados.

2.3.9. Convém ressaltar que não há obrigação do BNDES em requisitar parcial ou integralmente o quantitativo de horas definido no subitem 2.3, sendo este um limite superior para a prestação do serviço.

2.3.10. As atividades serão formalmente demandadas pelo BNDES à Contratada por meio da emissão de Ordem de Serviço (OS), na qual deverão constar minimamente as seguintes informações:

- a) Número da OS;



- b) Data de abertura;
- c) Definição e a especificação dos serviços a serem executados;
- d) Quantitativo previsto do total de horas para a execução dos serviços ora descritos;
- e) Cronograma preliminar para a realização dos serviços, contendo suas principais fases, atividades e prazos; e
- f) O(s) responsável(is) pela solicitação por parte do BNDES.

2.3.11. Após o encaminhamento da OS à Contratada, esta dispõe de prazo de até 15 (quinze) dias úteis para elaborar o plano de acordo com as condições e prazos estabelecidos. Ao concluí-lo, deverá submetê-lo à aprovação do BNDES, informando minimamente os seguintes dados:

- a) Número da OS;
- b) Data estimada para início efetivo do atendimento;
- c) Detalhamento do plano de execução dos serviços a serem executados, por meio da apresentação da estrutura analítica de atividades de trabalho (EAT) para a realização dos serviços ora requeridos, fazendo referência ao quantitativo total de horas necessários à execução do serviço;
- d) Caso após o detalhamento do plano de execução ocorra uma discrepância entre o total estimado de horas pelo BNDES e pela Contratada, esta deve apresentar juntamente com o referido plano as razões técnicas e justificativas para este ajustamento;
- e) Quantitativo de profissionais envolvidos no atendimento à demanda e comprovação de suas qualificações, conforme item 3.5;
- f) Data estimada para o término do atendimento;
- g) Assinatura do preposto da Contratada.

2.3.12. Ao receber o plano submetido pela Contratada, o BNDES dispõe de até 10 (dez) dias úteis para analisar as informações fornecidas.

- a) Caso julgue ser necessário algum ajuste no planejamento, o BNDES solicitará a correção formalmente à Contratada, e, a partir de então, deverá adequar as informações apontadas pelo BNDES em até 5 (cinco) dias úteis;
- b) Caso o BNDES esteja de acordo com o planejamento da Contratada, autorizará formalmente a execução dos serviços objeto da referida OS.

2.3.13. Ao final da execução dos serviços, a Contratada deverá pleitear o fechamento da OS ao BNDES, enviando-lhe as seguintes informações:

- a) Número da OS;
- b) Data de abertura;
- c) Plano de execução dos serviços demandados;

- d) Data efetiva de início dos serviços;
- e) Detalhamento dos serviços executados no período;
- f) Documentação dos procedimentos executados durante a realização do serviço;
- g) Quantitativo efetivo de horas utilizadas;
- h) Relação de profissionais envolvidos no atendimento à demanda no referido período;
- i) Data de conclusão dos serviços;
- j) Assinatura do preposto da Contratada.

2.3.14. Após receber tais informações, o BNDES irá dispor de prazo de até 10 (dez) dias úteis para avaliar:

- a) A adequabilidade dos serviços prestados;
- b) A documentação referente aos procedimentos realizados pela Contratada;
- c) O quantitativo efetivo de horas utilizadas.

2.3.15. Caso o BNDES identifique falhas nos serviços prestados ou na documentação produzida pela Contratada, solicitará formalmente a adequação dos itens em desconformidade. A Contratada deverá proceder com os ajustes necessários em até 5 (cinco) dias úteis, sem que isso enseje aumento no quantitativo efetivo de horas anteriormente informado ao BNDES.

2.3.16. Caso o número efetivo de horas utilizadas seja inferior ao quantitativo estimado inicialmente pela Contratada, o BNDES autorizará apenas o faturamento das horas efetivamente consumidas.

2.3.17. Caso o número efetivo de horas utilizadas seja superior ao quantitativo estimado inicialmente pela Contratada, o BNDES autorizará apenas o faturamento das horas inicialmente autorizadas.

2.3.18. Uma vez aprovados os serviços, a documentação e o quantitativo efetivo de horas utilizadas, o BNDES autorizará o fechamento da OS, facultando à Contratada o seu respectivo faturamento.

2.3.19. É facultado ao BNDES o direito de solicitar, a qualquer tempo, o cancelamento da execução de Ordens de Serviço, mesmo estas já tendo sido iniciadas. Neste caso, o BNDES pagará à Contratada as horas já efetivamente utilizadas, mantendo-se as condições estabelecidas no subitem 2.3.16.

3. PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA DAS LICENÇAS

3.1. A Contratada deverá apresentar documentação comprovando o quantitativo de licenças de software adquiridas, bem como sua autenticidade e um conjunto de mídias contendo a versão mais recente do software em inglês, em até 10 (dez) dias úteis a partir da solicitação do BNDES. A critério do BNDES, esse conjunto de mídias

pode ser substituído pelo acesso ao devido sítio para a realização da instalação dos *software* e/ou de suas atualizações.

3.2. A entrega das licenças, incluindo as mídias do produto e a documentação correlata deverá ser realizada em dias úteis, no período de 10 às 18h, no endereço Protocolo do BNDES, situado na Avenida República do Chile, 100, Tamariz de Paraisópolis - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.031-917, e observará o seguinte procedimento:

3.2.1. Recebimento Provisório: O produto será recebido provisoriamente mediante recibo, para efeito de posterior verificação da sua conformidade com as especificações e condições constantes destas Especificações.

3.2.2. Recebimento Definitivo: O produto será recebido definitivamente pelo BNDES após a verificação da sua quantidade, da sua conformidade e da pertinente aceitação pela Comissão de Recebimento. Para comprovar a aceitação do produto, será emitido pela Comissão de Recebimento o Termo de Recebimento Definitivo, em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento do produto nas dependências do BNDES.

3.3. A equipe técnica do BNDES, sempre que julgar necessário, poderá recorrer ao sítio do fabricante na *Internet*, com o objetivo de esclarecer dúvidas quanto ao atendimento dos requisitos técnicos mínimos exigidos.

4. Prazos e condições da prestação do serviço

4.1. O prazo de vigência para a prestação do serviço acessório referente à manutenção para atualização dos bancos de dados e suas aplicações é de 24 (vinte e quatro) meses a contar da assinatura do respectivo Contrato.

4.2. O serviço poderá ser prestado pela Contratada em qualquer dia e hora, com um mínimo de 2 (duas) horas por Ordem do Serviço, inclusive em feriados, a critério do BNDES, de modo a minimizar eventuais impactos em seu ambiente computacional.

4.3. O local para a realização das atividades será na Avenida República do Chile, 100 e, ocasionalmente, na Avenida República do Chile, 430 e, ambos no Centro de Arte de Rio de Janeiro.

4.4. O recebimento do serviço estará condicionado ao ateste de gestão do respectivo Contrato que realizará a conferência com técnicos do BNDES dos serviços prestados.

4.5. O BNDES poderá autorizar a subcontratação da parcela acessória (incluindo o trabalho referente à prestação do serviço de tutoria (*mentoring*)). Neste caso, deverão ser observadas as condições a seguir:

4.5.1. A subcontratação de serviços acessórios a outra sociedade não transferirá a esta a responsabilidade pela execução dos serviços contratados. A responsabilidade integral pelos serviços objeto desta licitação pertence com a Contratada independentemente da realização de subcontratação de parcela do serviço;

4.5.2. Não será estabelecido qualquer vínculo entre o BNDES e a subcontratada, permanecendo a Contratada responsável pelo integral cumprimento das obrigações estabelecidas no Contrato;

4.5.3 A Contratada se obriga a exigir da subcontratada a assinatura de **Termos de Confidencialidade**, assinados pelo representante legal da subcontratada, e por cada um dos profissionais que esta venha a designar para a prestação de serviços, conforme Modelos A e B, constantes dos Anexos II e III, respectivamente, a estas Especificações Técnicas, devendo encaminhá-los ao BNDES;

4.5.4 A Contratada se obriga a exigir da subcontratada que seus profissionais respeitem as mesmas condições que os profissionais da Contratada necessitam respeitar;

4.5.5 Caso opte por subcontratar o serviço de tutoria (*mentoring*), a Contratada será convocada, após homologado e publicado o resultado da licitação, para apresentar, os seguintes documentos:

a) Declaração, firmada pelo representante legal do Licitante, de que o referido serviço será subcontratado, informando, ainda:

4.5.5.a.1. O nome, o CNPJ, o endereço e o telefone da sociedade a ser subcontratada para a execução do serviço;

4.5.5.a.2. O valor total do serviço subcontratado, o qual não poderá exceder o limite de 15% (quinze por cento) do valor global da Ata;

b) Declaração de que a subcontratada possui capacidade material e técnica para atender às Especificações Técnicas, no que tange ao serviço de tutoria (*mentoring*);

c) Comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da sociedade subcontratada;

d) Certidão negativa de pedido de falência, concordata ou recuperação judicial, expedida na sede da pessoa jurídica; e

e) Comprovação de que a subcontratada é representante ou distribuidora autorizada pelo fabricante.

4.5.6 Caso a opção pela subcontratação ocorra durante a vigência da ata ou durante a execução contratual ou caso haja necessidade de substituição da subcontratada, a Contratada deverá apresentar os documentos arrolados acima, previamente à efetivação da subcontratação, para aprovação do BNDES.

5. Condições de pagamento

5.1 O pagamento referente às licenças será efetuado em parcela única paga à Contratada após a emissão do respectivo Termo de Recebimento Definitivo.

5.2 Os pagamentos referentes ao serviço de tutoria serão realizados após o fechamento de cada Ordem de Serviço (OS), e eventualmente, a critério do BNDES, conforme as condições estabelecidas nos subitens 2.3.16, 2.3.17 e 2.3.19 e o limite total de horas definido no subitem 2.3.

5.3 Para toda efetivação de pagamento, o BNDES deverá receber a nota fiscal e/ou fatura, relacionando os itens fornecidos e/ou os serviços realizados e seus respectivos valores, que deverá ser remetida, em duas vias, ao Setor de Protocolo do BNDES, situado na Avenida República do Chile, 100, Térreo - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.031-917, entre 10:00 e 18:00 horas, com antecedência

mínima de 10 (dez) dias úteis contados da data de seu vencimento, devendo indicar o número do Contrato.

5.4. As faturas serão analisadas pelo Gestor do Contrato ou por integrante da Equipe Técnica do BNDES, sob sua supervisão, cabendo à Contratada, caso sejam encontradas divergências, emitir novas faturas com o valor correto ou comprovar a correção dos valores contestados pelo BNDES.

5.5. No caso de faturas que cheguem ao BNDES vencidas ou com prazo de vencimento inferior a 10 (dez) dias úteis, ou ainda as em que, nos casos de fatura contestada pelo BNDES, seja comprovada a correção dos valores, será facultada à Contratada emitir novo documento de cobrança com nova data para pagamento, respeitando o prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis entre a data do recebimento pelo BNDES e a nova data de pagamento ou, alternativamente, emitir documento que indique a data de pagamento da fatura enviada.

6. Vigência da Ata de Registro de Preços e do(s) Contrato(s)

6.1. A Licitante vencedora deverá assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a convocação pelo BNDES. A Ata terá vigência de 1 (um) ano, a contar de sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

6.2. O prazo de vigência de cada Contrato oriundo da referida Ata que trate exclusivamente da aquisição de licenças será de 3 (três) meses, contados de sua assinatura, conforme prazos estabelecidos nos subitens 3.1 e 3.2.2.

6.3. O prazo da vigência do Contrato oriundo da referida Ata que contemple aquisição de licenças e, acessoriamente, o serviço de tutoria será de 24 (vinte e quatro) meses, contados de sua assinatura, conforme estabelecido no subitem 4.1.

7. Obrigações da(s) Licitante(s) registrada(s) e da Contratada

Caberá à Contratada cumprir as disposições regulamentares pertinentes aos serviços a serem prestados, ficando ainda responsável, além de outras obrigações estipuladas no(s) Contrato(s) e nestas Especificações Técnicas, por:

7.1. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como: salários, seguros de vida, taxas, impostos, contribuições, indenizações, vales-refeição, valores-tratamento e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público.

7.2. Responder pelos danos comprovadamente causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços; A fiscalização ou o acompanhamento do BNDES não excluirá ou reduzirá essa responsabilidade da Contratada;

7.3. Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa em relação ao objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas na prestação dos serviços;

7.4. Implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz;

7.5. Indicar profissional para atuar como interlocutor do(s) Contrato(s) junto ao BNDES, participando, sempre que solicitado, de reuniões de acompanhamento dos serviços prestados;





- 7.6. Atender prontamente quaisquer exigências do representante da Administração, no que diz respeito às necessidades do BNDES;
- 7.7. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo BNDES;
- 7.8. Identificar seus funcionários com crachás da empresa e informar ao BNDES os horários que estes efetuarão serviços nas dependências do BNDES, observando todas as leis e normas regulamentadoras (NR's) relativas à segurança do trabalho, notadamente as que integrarem a Portaria do Ministério do Trabalho MTB 3.214/78, dentre outras aplicáveis à espécie;
- 7.9. Aceitar, por parte do BNDES, em todos os aspectos, a fiscalização nos serviços executados;
- 7.10. Manter sigilo relativamente ao objeto contratado, bem como sobre dados, documentos, especificações técnicas ou comerciais, não tomadas públicas pelo BNDES, de que venha a ter conhecimento em virtude da contratação, bem como o respeito da execução e resultados obtidos na prestação de serviços, inclusive após o término do prazo de vigência do(s) Contrato(s), sendo vedada a divulgação dos referidos resultados a terceiros em geral, e em especial a quaisquer meios de comunicação públicos e/ou privados;
- 7.11. Caso opte por subcontratar os serviços acessórios durante a execução contratual, apresentar, previamente à efetivação da subcontratação, os documentos previstos no subitem 4.5.5, para aprovação do BNDES;
- 7.12. Apresentar, antes do início da prestação do serviço de tutoria, Termo de Confidencialidade - Modelo A (Representante), cuja minuta é apresentada no Anexo II a esta Especificação Técnica, assinado por seus representantes legais;
- 7.13. Apresentar, antes do início da prestação do serviço de tutoria e a cada novo profissional a ser alocado para atendimento ao BNDES, Termo de Confidencialidade - Modelo B (Profissionais), cuja minuta é apresentada no Anexo III a esta Especificação Técnica, assinado pelos profissionais;
- 7.14. Adotar medidas de segurança adequadas, no âmbito das atividades sob seu controle, para a manutenção do sigilo referido no subitem anterior desta Cláusula;
- 7.15. Limitar o acesso às informações aos seus gerentes, diretores, empregados e outros profissionais que estejam desempenhando ou supervisionando os trabalhos decorrentes do(s) Contrato(s);
- 7.16. Notificar prontamente ao BNDES qualquer divulgação ou uso não autorizado de informações que porventura tomar conhecimento, adotando todas as medidas recomendadas pelo BNDES para remediar qualquer divulgação ou uso;
- 7.17. Não usar, copiar, duplicar ou de alguma outra forma reproduzir ou reter todas ou quaisquer informações do BNDES, exceto se autorizada previamente, por escrito, pelo BNDES;
- 7.18. Não efetuar a compilação reversa, montagem reversa ou engenharia reversa de qualquer programa aplicativo do BNDES ou de terceiros a que venha ter acesso por força do serviço;
- 7.19. Garantir que as pessoas com acesso a qualquer parte das informações do BNDES estejam avisadas de sua natureza confidencial e da obrigação relacionada a este fato;



- 7.20. Cumprir e obedecer a Política Corporativa de Segurança da Informação do BNDES;
- 7.21. Devolver, inpreterivelmente, ao término de cada Contrato, ou a qualquer tempo a pedido do BNDES, todos os documentos que o BNDES tenha fornecido;
- 7.22. Observar, na execução do objeto do(s) Contrato(s), todas as condições estabelecidas na sua proposta e nas Especificações Técnicas;
- 7.23. Reparar todos os danos e prejuízos que comprovadamente sejam de sua responsabilidade, quer sejam ocasionados por materiais, equipamentos ou mão-de-obra, em toda a área envolvida na execução do objeto, bem como por erros ou falhas na execução ou administração do(s) Contrato(s), não podendo excluir ou reduzir esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte do Gestor do(s) Contrato(s);
- 7.24. Cumprir, durante a execução do(s) Contrato(s), as leis federais, estaduais e municipais vigentes ou que entrarem em vigor, sendo a única responsável pelas infrações cometidas, convencionando-se, desde já, que o BNDES poderá descontar de qualquer crédito da Contratada a importância proporcional a eventuais pagamentos desta natureza que venha efetuar por obrigação legal;
- 7.25. Manter durante a vigência da Ata e do(s) Contrato(s) de acordo com todas as condições exigidas na ocasião da contratação, comprovando a regularidade que solicitado pelo BNDES, a regularidade perante a Receita Federal, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (GRF - FGTS), a Seguridade Social (CND INSS) e o atendimento às demais exigências contratuais;
- 7.26. Corrigir quaisquer falhas verificadas na execução do objeto, sob qualquer ônus adicional para o BNDES, cumprindo todas as determinações do BNDES;
- 7.27. Garantir a autenticidade das licenças adquiridas sabendo que haverá exclusão a todas as sanções civis e criminais decorrentes dos atos de violação de direitos autorais e pirataria de software;
- 7.28. Indicar seus dados de endereço, telefone, fax e e-mail, mantendo-os atualizados perante o BNDES durante toda a vigência da Ata e do(s) Contrato(s);
- 7.29. Assegurar que a cada solicitação do BNDES para fornecimento do objeto haja disponibilidade do quantitativo total necessário para atender a demanda da contratação;
- 7.30. Apresentar em até 10 (dez) dias úteis após a convocação do BNDES a documentação do fabricante comprovando o quantitativo de licenças de software adquiridas e o conjunto de mídias contendo a versão mais recente do software;
- 7.31. Em até 15 (quinze) dias corridos a contar da assinatura do respectivo Contrato que contemple aquisição de licenças e, acessoriamente, o serviço de consultoria, apresentar, em reunião preliminar conforme item 15, as condições técnicas de requisitos técnicos e comprovação, na forma prevista no item 2.3.3, do vínculo jurídico com os profissionais que serão alocados no projeto listado no item 2.3.5 e seus subitens.

8. Garantia contratual



8.1. A licitante vencedora deverá prestar garantia contratual no valor equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o valor total do respectivo Contrato, na modalidade que vier a escolher, dentre as previstas no parágrafo primeiro do artigo 56, da Lei nº 8.666/93.

9. Ajustes de Pagamento

9.1. Na hipótese de a Contratada deixar de garantir os prazos previstos, por problemas alheios ao BNDES, ficará sujeita à aplicação dos seguintes ajustes:

9.1.1. Com relação ao serviço de tutoria, a Contratada deverá garantir os Níveis Mínimos de Serviço definidos na Tabela 1, ficando sujeita à aplicação dos ajustes de pagamento na nota fiscal ou fatura, em caso de descumprimento.

Tabela 1 – Níveis de serviço acordados e ajustes de pagamento aplicáveis para o serviço de tutoria

Elaboração do plano de execução	7 (dias) dias úteis após encaminhamento da OS	Desconto de até 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso incidente sobre o valor global da OS e limitada a 10% (dez por cento) deste
Realização de ajustes no plano de execução	5 (cinco) dias úteis após solicitação do BNDES	
Realização de ajustes em documentação produzida ou nos serviços prestados	5 (cinco) dias úteis após solicitação do BNDES	
Apresentação de comprovação dos requisitos técnicos exigidos dos profissionais que serão alocados no projeto	10 (dez) dias úteis após convocação do BNDES	

10. Penalidades

10.1. Em relação ao fornecimento das licenças a Contratada deverá respeitar os prazos definidos na Tabela 2, ficando sujeita à aplicação das penalidades previstas na referida tabela, em caso de descumprimento.

Tabela 2 – Prazos acordados e penalidades aplicáveis para o fornecimento de licenças

Apresentação da documentação comprovando o quantitativo de licenças adquiridas, bem como sua autenticidade e um conjunto de mídias contendo a versão mais recente do software ¹ .	10 (dias) dias úteis após solicitação do BNDES	Multa de até 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso incidente sobre o valor global do respectivo Contrato e limitado a 10% (dez por cento) do valor global do respectivo Contrato
Assinatura da Ata de Registro de Preços	5 (cinco) dias úteis após convocação do BNDES	Multa de até 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso incidente sobre o valor global da Ata e limitado a 10% (dez por cento) do valor global do Contrato

¹ A critério do BNDES, esse conjunto de mídias pode ser substituído pelo acesso ao devido sítio para a realização do download dos softwares e/ou de suas atualizações.



da Ata.

- 10.2. Em caso de descumprimento parcial ou total do(s) Contrato(s) a Contratada ficará sujeita às seguintes penalidades:
- 10.2.1. Advertência;
- 10.2.2. Na hipótese de a Contratada deixar de cumprir quaisquer obrigações do respectivo Contrato, excetuando-se aquelas já previstas nas Tabelas 1 e 2 acima, multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global máximo do respectivo Contrato;
- 10.2.3. Na hipótese de a Contratada exceder o máximo de ajuste de pagamento já previstos no item 9, multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global máximo do respectivo Contrato;
- 10.2.4. Suspensão, pelo prazo legalmente previsto, de participação em licitação e impedimento de contratar com o BNDES.
- 10.3. O total das multas aplicadas não poderá exceder o montante de 30% (trinta por cento) do valor global do respectivo Contrato.
- 10.4. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades serão assegurados à Contratada o contraditório e a ampla defesa.
- 10.5. A aplicação das sanções previstas não impede a rescisão unilateral do(s) Contrato(s) pelo BNDES, nas hipóteses legalmente previstas e conforme estabelecido no mesmo.
11. Proposta de preços
- 11.1. A proponente deverá cotar, em valores unitários e globais, na forma da planilha contidas no Anexo I a esta Especificação Técnica, os valores referentes ao fornecimento dos itens de software e ao serviço de manutenção (manoring), componentes do objeto da contratação, de acordo com as especificações deste documento e seus Anexos.
- 11.2. Os preços deverão ser preenchidos conforme os respectivos campos da planilha constante no Anexo I a esta Especificação Técnica, cabendo à equipe do BNDES responsável pela análise técnica das propostas a validação dos resultados dos cálculos apresentados pela proponente.
- 11.3. As descrições constantes do Anexo I a esta Especificação Técnica, estão apresentadas sob forma resumida, sendo obrigatória, portanto, a consulta ao descritivo contido nesta Especificação Técnica, para a correta elaboração da proposta.
- 11.4. Nos preços cotados deverão estar incluídas todas as despesas com salários, encargos sociais, fiscais e comerciais, impostos, taxas e quaisquer outros tributos, quando aplicáveis, necessários ao integral cumprimento do contrato contratado. Deverão estar contidos ainda todos os custos marginais referentes aos profissionais designados para a prestação dos serviços, tais como deslocamentos, hospedagens, etc.

45
19

11.5. A Proposta de Preço deverá ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com clareza, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, sendo firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado, com todos os preços expressos em Reais (R\$).

11.6. A Proposta de Preço deverá ter prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a partir da data de entrega ao BNDES.

11.7. A Licitante deverá informar, em sua Proposta de Preço, no campo "Estabelecimentos vinculados à execução contratual (matriz/filial)", o(s) estabelecimento(s) responsável(is) pela execução contratual.

11.7.1. Caso pretenda executar o objeto licitado de forma fracionada por mais de um estabelecimento, matriz e/ou filial(is), a Licitante deverá comprovar a sua habilitação bem como a dos estabelecimentos vinculados à execução contratual.

12. Documentos para aceitação da proposta

12.1. A Licitante detentora do menor preço deverá apresentar:

12.1.1. Planilha de preços, conforme modelo constante no Anexo I desta Especificação Técnica.

12.1.2. Relação de todos os números de CNPJ que emitirão faturas de cobrança dos serviços contratados;

12.1.3. Comprovação de que a Licitante está autorizada pelo fabricante oferecer o objeto em tela. Será aceita, dentre outros documentos, como comprovação, o registro da Licitante no site <http://pinpoint.microsoft.com/pt-BR/companies/search/licenciamento-de-software-b200072?q=> comprovando ser representante ou distribuidora autorizada pelo fabricante.

12.1.4. Declaração de que possui capacidade material e técnica para atender às Especificações Técnicas.

13. Rubrica e Unidade Orçamentária

13.1. As despesas decorrentes das aquisições das licenças serão alocadas à conta da rubrica orçamentária de nº 1800100001 - Intangível/Usa/Sist Proc Dados-Custo (antiga rubrica nº 1480.26.01.01-4 - SIST. PROC. DADOS - SOFTWARE).

13.2. Já as despesas decorrentes da contratação do serviço de tutoria serão alocadas à conta da rubrica orçamentária de nº 3101700040 - D Op/D Adm /Proc Dados/Assessoria TI (antiga rubrica nº 3141.10.12.01-0 - ASSESSORIA TÉCNICA TI).

13.3. Tais rubricas comportam as despesas máximas previstas para o(s) contrato(s) de acordo com a previsão orçamentária para 2013.

13.4. A unidade orçamentária gestora é a de código BN30005000 - AT/DESET (antiga unidade nº 016150).

14. Desajuste

- 14.1. Deverá ser utilizado o Índice de Preços ao Consumidor - IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo, para fins de reajuste anual do valor unitário do hora referente à prestação de serviço de tutoria (*mentoring*), como forma de compensação dos efeitos das variações dos custos, decorridos 12 (doze) meses a contar da data da apresentação da respectiva proposta, de acordo com a Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.
- 14.2. O Reajuste do preço correspondente ao serviço licitado poderá ser requerido pela Contratada a cada período de 12 (doze) meses, como forma de compensação dos efeitos das variações de custos, sendo o primeiro contado a partir do prazo para apresentação da Proposta de Preço, de acordo com o artigo 3º da Lei nº 10.192/2001, e, os seguintes, do fato gerador anterior.
- 14.3. Compete à Contratada a iniciativa da solicitação do reajuste, a não ocorrência ou o encerramento do respectivo Contrato, hipótese em que eventuais financeiros serão concedidos de modo retroativo.
- 14.4. Caso a Contratada não solicite o reajuste no prazo acima, não terá prejuízo efeitos retroativos, operando-se a renúncia ao direito, sendo o Contratado responsável pelos prejuízos decorrentes de sua inércia.

15. Reunião preliminar

- 15.1. Em até 15 (quinze) dias corridos a contar da assinatura do respectivo Contrato que contemple aquisição de licenças e, acessoriamente, o serviço de tutoria, poderá ser solicitada pelo BNDES, no Edifício Ventura Towers (Av. República do Chile nº 330, Centro, Rio de Janeiro), a realização da Reunião Preliminar, mediante comunicação prévia à Contratada.
- 15.2. Nesta data, o BNDES esclarecerá à Contratada todas as dúvidas relativas à execução do objeto e disponibilizará eventuais documentos necessários no início dos trabalhos, bem como esclarecerá à Contratada os requisitos constantes nas Especificações Técnicas para a execução do objeto.
- 15.3. Na oportunidade a Contratada deverá apresentar a comprovação da existência de vínculo jurídico com os profissionais designados para a prestação dos serviços de tutoria, quais sejam: cópia do contrato de prestação de serviços com a carteira de trabalho e previdência social (CTPS) ou cópia do ato constitutivo da sociedade, conforme o caso.

16. Recebimento do objeto

- 16.1. O BNDES efetuará o recebimento das licenças através da Comissão de Recebimento observadas as condições e os procedimentos a seguir:
- 16.1.1. Não serão aceitos produtos de marca/modelo diverso do informado na Proposta da Contratada, salvo se previamente autorizada pelo BNDES.
- 16.1.2. As licenças serão recebidas provisoriamente, quando da respectiva entrega, mediante Termo de Recebimento Provisório, para posterior verificação de sua conformidade com as especificações, condições e obrigações previstas no respectivo Contrato e em seus Anexos. Verificada a necessidade de ajustes, correções e/ou substituições, o seguinte procedimento será adotado:

- a) A Contratada será convocada a efetuar-las, às suas expensas, em até 10 (dez) dias úteis a contar da convocação. A concessão de prazo para ajustes, correções e/ou substituições não impede a instauração de procedimento punitivo para aplicação de penalidade, nos termos do item 10 destas Especificações Técnicas.
- b) Realizados os ajustes e/ou as substituições solicitadas pelo BNDES, será emitido novo Termo de Recebimento Provisório, sendo realizada, em seguida, nova avaliação de conformidade pelo BNDES.
- c) Não realizados os ajustes e/ou as substituições solicitadas, o objeto será rejeitado, podendo o respectivo Contrato ser rescindido pelo BNDES, sem prejuízo da instauração de procedimento punitivo para a aplicação de penalidade.

16.1.3. Verificado o atendimento das especificações, condições e obrigações previstas no respectivo Contrato e em seus Anexos, o BNDES receberá definitivamente o objeto, em até 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento provisório, através da emissão de Termo de Recebimento Definitivo, sendo observado que:

- a) O recebimento definitivo do objeto constitui condição indispensável para o pagamento do valor ajustado;
- b) O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada por vícios revelados posteriormente, nem pela garantia dos produtos entregues e/ou dos serviços realizados;
- c) O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução contratual, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo respectivo Contrato.

17. Direito de propriedade

17.1. Todos os produtos gerados como resultado da prestação de serviços pela Contratada serão de propriedade do BNDES, sendo vedada qualquer divulgação ou comercialização por parte da Contratada.

18. Valor Estimado da Contratação

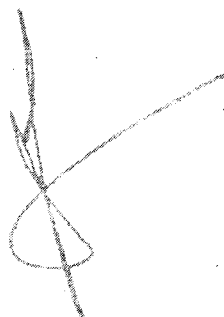
18.1. Através de Pesquisa de Preços realizada, concluiu-se que o valor global máximo estimado para a contratação referente ao certame licitatório ora proposto é de até R\$ 2.504.023,68 (dois milhões, quinhentos e quatro mil, vinte e três reais e sessenta e oito centavos).

18.2. A aquisição de licenças do software Microsoft SQL Server Enterprise, contemplando a aquisição de até 80 (oitenta) pacotes (packs) de licenças, com dois núcleos cada, do software Microsoft SQL Server Enterprise Core 2012, tem valor unitário máximo por pack de R\$ 27.667,40 (vinte e sete mil, seiscentos e sessenta e sete reais e quarenta centavos), perfazendo o total de até R\$ 2.213.392,00 (dois milhões, duzentos e treze mil, trezentos e noventa e dois reais);

18.3. A aquisição de licenças do software Microsoft SQL Developer 2012, contemplando a aquisição de até 272 (duzentas e setenta e duas) licenças perpétuas de Microsoft SQL Developer 2012, tem valor unitário máximo de R\$ 81,54 (oitenta e

um reais e cinquenta e quatro centavos), perfazendo o total de R\$ 72.178,88 (vinte e dois mil, cento e setenta e oito reais e oitenta e oito centavos);

- 18.4. A prestação de serviço com até 1.232 (mil duzentas e trinta e duas) horas de tutoria (*mentoring*) para apoio no processo de atualização do sistema de servidores com 23 (vinte e três) instâncias de banco de dados e aplicações do Microsoft SQL Server 2000 para o Microsoft SQL Server 2012, tem o valor unitário por hora de R\$ 217,90 (duzentos e dezessete reais e noventa centavos), perfazendo o total de até R\$ 268.452,80 (duzentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e oitenta centavos).



ANEXO II

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2013 – BNDES

O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES, empresa pública federal, com sede em Brasília - DF e serviços no Rio de Janeiro - RJ, na Av. República do Chile, nº 100, CEP nº 20.031-917, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 33.657.248/0001-89, doravante denominado simplesmente **BNDES**, neste ato representado na forma do seu Estatuto Social; e **ALLEN RIO SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA**, com sede na Rua Gonçalves Dias, nº 276, parte 1, Valparaíso, Petrópolis - Rio de Janeiro, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 00.710.799/0001-00, doravante denominado simplesmente Licitante Registrado, neste ato representado na forma de seu Contrato Social, em conformidade com o Pregão Eletrônico AA nº 06/2013 - **BNDES**, autorizado em 19/03/2013, através da Dec Dir nº 332/13, na IP AT/DEIMP nº 02/2013, de 11/03/2013, e a respectiva homologação, publicada no DOU de 13/06/2013, seção 03, página 164, observado o disposto no Decreto nº 7.892/2013 e na Lei nº 8.666/1993, têm, entre si, justo e contratado o que se contém nas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços, doravante denominada Ata, tem por objeto o Registro de Preços com vistas à eventual: (i) aquisição de licenças do software Microsoft SQL Server Enterprise, contemplando a aquisição de até 80 (oitenta) pacotes (packs) de licenças, com dois núcleos cada, do software Microsoft SQL Server Enterprise Core 2012, (ii) aquisição de licenças do software Microsoft SQL Developer 2012, contemplando a aquisição de até 272 (duzentas e setenta e duas) licenças de Microsoft SQL Developer 2012 e (iii) prestação de até 1.232 (mil duzentas e trinta e duas) horas do serviço acessório de tutoria (*mentoring*) para apoio no processo de atualização de 12 (doze) servidores com 23 (vinte e três) instâncias de banco de dados e aplicações do Microsoft SQL Server 2000 para o Microsoft SQL Server 2012, conforme especificações constantes do Edital do Pregão Eletrônico AA nº 06/2013 - **BNDES** e do respectivo Termo de Referência, bem como das Propostas apresentadas pelos Licitantes vencedores, respectivamente, Anexos I, II e V desta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA - EXPECTATIVA DA CONTRATAÇÃO

Esta Ata não obriga o **BNDES** a firmar as contratações nas quantidades estimadas, ressalvado o disposto no Parágrafo Único desta Cláusula, podendo realizar licitações específicas para a contratação do objeto deste Registro de Preços, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que será assegurada preferência de contratação, em igualdade de condições, aos Licitantes registrados, observada a ordem de classificação.


BNDESCristina Telles
Advogada

Parágrafo Primeiro

O BNDES compromete-se a demandar, durante a vigência desta Ata, quantitativo mínimo de: (i) 64 (sessenta e quatro) pacotes (packs) de novas licenças de Microsoft SQL Server Enterprise Core 2012; e (ii) 218 (duzentas e dezoito) licenças de Microsoft SQL Developer 2012.

Parágrafo Segundo

Esta Ata implicará compromisso de fornecimento nas condições aqui estabelecidas, sob pena de cancelamento do registro e aplicação de penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA DA ATA

Esta Ata terá a duração de até 12 (doze) meses, contados de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA – LICITANTE E PREÇOS REGISTRADOS

Ficam registrados, nesta Ata, os seguintes Licitantes, conforme ordem de classificação abaixo:

	ALLEN RIO SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA		
--	---	--	--

Parágrafo Único

Os referidos Licitantes, quando convocados pelo BNDES, se obrigam a fornecer e executar o objeto licitado pelo preço registrado abaixo:

Item	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
MS SQL Server 2012 Enterprise	64	80	R\$ 5.120,00
MS SQL Server 2012 Developer	218	272	R\$ 59.296,00
Serviço de Tutoria	Não há	1.232	R\$ 1.232,00

CLÁUSULA QUINTA – CONTRATAÇÃO

Surgindo a necessidade da contratação durante a vigência desta Ata, o BNDES convocará o adjudicatário, por carta ou e-mail para, sob pena de perda do registro,



registro e a contratação, bem como de incorrer nas penalidades previstas na Cláusula Nona desta Ata, em até 10 (dez) dias úteis, assinar o Contrato e apresentar a documentação listada no subitem 7.1 do Edital do Pregão Eletrônico AA nº 06/2013 - BNDES (Anexo I desta Ata).

Parágrafo Primeiro

Os Licitantes registrados deverão manter atualizadas as certidões exigidas na fase de habilitação durante todo o prazo de vigência desta Ata.

Parágrafo Segundo

A situação habilitatória irregular ou a não atualização de tais documentos impossibilitará a assinatura do Contrato, podendo acarretar o cancelamento do registro e/ou a aplicação das penalidades previstas na Cláusula Nona desta Ata ao Licitante faltoso.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DOS LICITANTES REGISTRADOS

Além de outras obrigações estabelecidas nesta Ata, em seus Anexos, no Contrato ou nas leis vigentes, particularmente na Lei nº 8.666/1993, ou que entrarem em vigor, constituem obrigações dos Licitantes registrados:

I. indicar seus dados de endereço, telefone, fax e e-mail, mantendo-os atualizados junto ao BNDES durante toda a vigência desta Ata;

II. assinar os instrumentos contratuais decorrentes desta Ata, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar da sua convocação pelo BNDES;

III. manter durante a vigência desta Ata todas as condições de habilitação exigidas quando da contratação, comprovando-as sempre que solicitado pelo BNDES;

IV. comunicar a imposição de qualquer penalidade que acarrete o impedimento de contratar com o BNDES, bem como a eventual perda dos pressupostos para a licitação;

V. providenciar, perante a Receita Federal do Brasil - RFB, sua exclusão obrigatória do SIMPLES, no prazo estipulado pelo artigo 30 da Lei Complementar nº 123/2006, se o Licitante registrado, quando optante do SIMPLES, extrapolar o limite de receita bruta anual previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, ao longo da vigência do Contrato;

a) Nesta hipótese, caberá ao Licitante registrado arcar com eventuais custos decorrentes da alteração de regime tributário, sendo vedado o pedido de re-equilíbrio econômico-financeiro desta Ata ou do Contrato com este fundamento;

VI. Manter durante a vigência da Ata todas as condições exigidas na ocasião da contratação, comprovando, sempre que solicitado pelo BNDES, a regularidade perante a Receita Federal, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), a Seguridade Social (CND-INSS) e o atendimento às demais exigências contratuais;

BNDES
Cristina Telles
Advogada



CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO BNDES

Além de outras obrigações estipuladas nesta Ata, em seus Anexos, no Edital e na Lei, particularmente na Lei nº 8.666/1993, constituem obrigações do BNDES:

- I. comunicar ao adjudicatário a necessidade da contratação; orientar e fazer a apresentação da documentação de contratação e a entregar e executar o objeto demandado;
- II. designar, como Gestor desta Ata e dos Contratos dela decorrentes, quem tratem exclusivamente da aquisição de licenças, responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato e por representar o BNDES perante a(s) Central(ais) e/ou o Coordenador de Serviços, ou seu substituto, da AT/DESET/GSUP, responsável pela administração de bancos de dados na ATI, função atualmente exercida pelo funcionário Mauro Staretz, a quem caberá o controle desta Ata, bem como o recebimento, processamento e avaliação de eventual solicitação de adesão;
- IV. alterar, quando conveniente, o Gestor desta Ata, por outro profissional mediante comunicação escrita aos Licitantes registrados;
- V. disponibilizar esta Ata, durante toda sua vigência, no endereço eletrônico www.bndes.gov.br, para acesso de qualquer interessado; e
- VI. comunicar aos Licitantes registrados, por escrito:
 - a) quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados a esta Ata;
 - b) a abertura de procedimento administrativo para a apuração de condutas irregulares dos Licitantes registrados, concedendo-lhes prazo para defesa; e
 - c) a aplicação de eventual penalidade, nos termos desta Ata.

CLÁUSULA OITAVA - REVISÃO DA ATA

Esta Ata de Registro de Preços será revisada, observado o disposto nos artigos 65 e 66 da Lei nº 8.666/1993, da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro

Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o BNDES convocará os Licitantes registrados para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, observando-se:

- I. os Licitantes registrados que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade; e
- II. a ordem de classificação dos Licitantes registrados que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Parágrafo Segundo

Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o adjudicatário não puder cumprir o compromisso, o **BNDES** poderá:

- I. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- II. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Parágrafo Terceiro

Não havendo êxito nas negociações, o **BNDES** poderá revogar esta Ata, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

Em caso de inexecução total ou parcial desta Ata, inclusive de descumprimento de exigência expressamente formulada pelo **BNDES** ou de inobservância de qualquer obrigação legal, bem como em caso de mora, sem motivo justificado, os Licitantes registrados ficarão sujeitos às seguintes penalidades:

- I. advertência;
- II. multa de até 10% (dez por cento), incidente sobre o valor da proposta, apurada de acordo com a gravidade da infração;
- III. impedimento de licitar e de contratar com a União Federal, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, apurado de acordo com a gravidade da infração;
- IV. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **BNDES**, por prazo não superior a 2 (dois) anos, apurado de acordo com a gravidade da infração;
- V. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Parágrafo Primeiro

As sanções previstas nos incisos IV e V desta Cláusula também poderão ser aplicadas nas hipóteses previstas no artigo 88 da Lei nº 8.666/1993.

Parágrafo Segundo

As penalidades indicadas nesta Cláusula somente poderão ser aplicadas após procedimento administrativo, e desde que assegurados o contraditório e a ampla defesa, facultada aos Licitantes registrados a defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.


BNDES
01
Cristina Telles
Advogada



Parágrafo Terceiro

Contra a decisão de aplicação da penalidade, os Licitantes registrados poderão interpor o recurso cabível, na forma e no prazo previstos na Lei nº 8.666/1993.

Parágrafo Quarto

A imposição de sanção prevista nesta Cláusula não impede a rescisão unilateral do Contrato pelo **BNDES**, nos casos previstos nos incisos I a XII, XVII e XXII do artigo 76, da Lei nº 8.666/1993.

Parágrafo Quinto

As penalidades previstas nos incisos I, III, IV e V do caput desta Cláusula serão aplicadas juntamente com a indicada no inciso II.

Parágrafo Sexto

A multa aplicada aos Licitantes registrados e os prejuízos causados aos **BNDES** serão deduzidos de quaisquer créditos a eles devidos, ressalvada a possibilidade de cobrança judicial da diferença eventualmente não coberta pelos mencionados créditos.

Parágrafo Sétimo

No caso de uso indevido de informações sigilosas, observar-se-ão, no que couber, os termos da Lei nº 12.527/2011 e do Decreto nº 7.724/2012.

CLÁUSULA DÉCIMA – CANCELAMENTO DE REGISTRO

Os Licitantes registrados terão seu registro cancelado pelo **BNDES**, quando:

I. por iniciativa do **BNDES**:

- a) descumprirem as condições desta Ata, sem prejuízo das penalidades previstas na Cláusula Nona desta Ata;
- b) não apresentarem os documentos de contratação no prazo estabelecido pelo **BNDES**, sem justificativa aceitável, sem prejuízo das penalidades previstas na Cláusula Nona desta Ata;
- c) não aceitarem reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aqueles praticados no mercado;
- d) sofrerem a sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 76 da Lei nº 8.666/1993 ou a prevista no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002; ou
- e) estiverem presentes razões de interesse público.

II. por iniciativa própria, ocorrer fato superveniente, decorrente de caso de força maior, que venha a prejudicar o cumprimento desta Ata, devidamente comprovados e justificados.

31
PB

Parágrafo Único

O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas nas alíneas "a", "b" e "d" do caput desta Cláusula, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por decisão da Autoridade Competente do BNDES.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ADESÃO À ATA

Esta Ata poderá, durante sua vigência, ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração, observado o disposto nos parágrafos a seguir.

Parágrafo Primeiro

O órgão ou entidade da Administração que desejar aderir a esta Ata deverá manifestar seu interesse, através de carta ou e-mail encaminhado ao Gestor desta Ata, observado o modelo constante do Anexo IV (Minuta de Solicitação de Adesão) desta Ata.

Parágrafo Segundo

Recebida a referida manifestação, o Gestor desta Ata avaliará a possibilidade de adesão, inclusive consultando o adjudicatário sobre sua capacidade e interesse na aceitação da contratação adicional.

Parágrafo Terceiro

O adjudicatário poderá aceitar a contratação adicional, desde que esta não prejudique as obrigações assumidas com o BNDES, observado o disposto nos Parágrafos Nono e Décimo desta Cláusula.

Parágrafo Quarto

Se não aceita a solicitação de adesão, o Gestor desta Ata informará o órgão ou entidade solicitante sobre sua decisão, encaminhando cópia da Ata assinada e de seus Anexos.


Parágrafo Quinto

Caberá ao órgão ou entidade solicitante celebrar a contratação solicitada no prazo de até 90 (noventa) dias a contar da autorização pelo Gestor desta Ata, e desde que durante o prazo de vigência desta Ata.

Parágrafo Sexto

Celebrado o Contrato entre o adjudicatário e o órgão ou entidade solicitante, este deverá enviar ao Gestor desta Ata cópia do Contrato para seu arquivo e controle, em até 5 (cinco) dias úteis a contar de sua assinatura.


BNDES


Cristina Telles
Advogada



Parágrafo Sétimo

O órgão ou entidade solicitante que desejar demandar nova contratação não poderá celebrar diretamente com o adjudicatário novas negociações. Caso haja a necessidade, o órgão ou entidade solicitante deverá solicitar nova adesão de acordo com esta Ata que tomará as providências listadas nos parágrafos anteriores.

Parágrafo Oitavo

Compete ao órgão ou entidade solicitante, no que toca às suas próprias obrigações, os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor, adjuicatário, das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a legislação e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento das cláusulas contratuais, informando as ocorrências ao Gestor desta Ata.

Parágrafo Nono

A adesão do órgão ou entidade da Administração Pública a esta Ata não poderá exceder, por órgão ou entidade solicitante, a 100% (cem por cento) da quantidade prevista no item 1 do Anexo II (Termo de Referência) desta Ata.

Parágrafo Décimo

As contratações adicionais não poderão exceder, na totalidade, ao quantitativo previsto no item 01 do Anexo II (Termo de Referência) desta Ata independentemente da quantidade de órgãos ou entidades solicitantes.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Esta Ata e os Contratos dela decorrentes representam todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nules previstos.

Parágrafo Primeiro

Integram a presente Ata:

Anexo I - Edital do Pregão Eletrônico AA nº 08/2013 - BNDES

Anexo II - Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico AA nº 08/2013 - BNDES

Anexo III - Minuta de Contrato

Anexo IV - Minuta de Solicitação de Adesão

Anexo V - Proposta(s) do(s) Licitante(s) vencedor(es)

Anexo VI - Minuta(s) de Termo de Confidencialidade

52
78

Parágrafo Segundo

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações ou ao exercício de prerrogativa decorrente desta Ata não constituirá renúncia ou novação nem impedirá as partes de exercerem os seus direitos a qualquer tempo.

Parágrafo Terceiro

O BNDES providenciará a publicação do Extrato desta Ata no Diário Oficial da União e a disponibilizará, durante toda a sua vigência, no endereço eletrônico www.bndes.gov.br.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO

É competente o foro da cidade do Rio de Janeiro para solucionar eventuais litígios decorrentes desta Ata, afastado qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

As folhas desta Ata são rubricadas por Gustavo Antonio de Aguillar Lima, advogado do BNDES, por autorização do representante legal que o assina.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam a presente Ata, redigida em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, ____ de ____ de ____

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES

ALLEN RIO SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA

TESTEMUNHAS:

Nome: Juliana Almeida
CPF: 02347684-94

Nome:
CPF:

BNDES

Cristina Tavares
Advogada



ANEXO III

PROPOSTA



PREGÃO ELETRÔNICO AA Nº 06/2013 - BNDES
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO II - PROPOSTA

LICITANTE: ALLEN RIO SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA

CNPJ: 00.710.758/0001-00

ENDEREÇO: R. Gonçalves Dias, nº 276 parte 1, Valparaíso, Petrópolis, RJ

TELEFONE: (21) 3184-9630

FAX: (21) 2240-4832

E-MAIL: licitacao@allen.com.br

REPRESENTANTE LEGAL: Inah Meirelles de Oliveira Camargo

NACIONALIDADE: brasileira ESTADO CIVIL: casada

PROFISSÃO: administradora FUNÇÃO NA SOCIEDADE: Diretora Financeira

RG: 04.821.831-5

CPF: 715.184.607-04

DESCRIÇÃO: Registro de Preços com vistas à eventual: (i) aquisição de licenças do software Microsoft SQL Server Enterprise, contemplando a aquisição de até 80 (oitenta) pacotes (packs) de licenças, com dois núcleos cada, do software Microsoft SQL Server Enterprise Core 2012, (ii) aquisição de licenças do software Microsoft SQL Developer 2012, contemplando a aquisição de até 272 (duzentas e setenta e duas) licenças de Microsoft SQL Developer 2012 e (iii) prestação de até 1.232 (mil duzentas e trinta e duas) horas do serviço acessório de tutoria (*mentoring*) para apoio no processo de atualização de 12 (doze) servidores com 23 (vinte e três) instâncias de banco de dados e aplicações do Microsoft SQL Server 2000 para o Microsoft SQL Server 2012, conforme as especificações deste EDITAL e de seus ANEXOS.

BNDES

Cristina Tellen
Advogada



Nome da empresa: ALLEN RIO SERVIÇOS E COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA	CARIMBO CNPJ
Endereço: R. Comendador Dias, n. 275, parte 1, Valparaíso, Petrópolis, RJ	
CNPJ: 20.895.142	
Tel: 21-3154-5930	
Fax: 21-2240-4837	
Inscrição Estadual n.º: R5-402.526	

Item	Unidade	Quant. (A)	Preço unitário (B)	Valor total (C)
1. Licença Microsoft Office 2010	Pacotes completos de licença com todos módulos cada	80	R\$ 19.458,78	R\$ 1.556.502,24
2. Licença Microsoft Office 2010	Licença	332	R\$ 51,85	R\$ 17.112,20
3. Suporte técnico e treinamento				
4. Instalação e configuração				
5. Treinamento de usuários				
6. Manutenção preventiva e corretiva				
7. Atualizações de segurança e sistema operacional				
8. Atualizações de segurança				
9. Atualizações de segurança				
10. Atualizações de segurança				
11. Atualizações de segurança				
12. Atualizações de segurança				
13. Atualizações de segurança				
14. Atualizações de segurança				
15. Atualizações de segurança				
16. Atualizações de segurança				
17. Atualizações de segurança				
18. Atualizações de segurança				
19. Atualizações de segurança				
20. Atualizações de segurança				
21. Atualizações de segurança				
22. Atualizações de segurança				
23. Atualizações de segurança				
24. Atualizações de segurança				
25. Atualizações de segurança				
26. Atualizações de segurança				
27. Atualizações de segurança				
28. Atualizações de segurança				
29. Atualizações de segurança				
30. Atualizações de segurança				
31. Atualizações de segurança				
32. Atualizações de segurança				
33. Atualizações de segurança				
34. Atualizações de segurança				
35. Atualizações de segurança				
36. Atualizações de segurança				
37. Atualizações de segurança				
38. Atualizações de segurança				
39. Atualizações de segurança				
40. Atualizações de segurança				
41. Atualizações de segurança				
42. Atualizações de segurança				
43. Atualizações de segurança				
44. Atualizações de segurança				
45. Atualizações de segurança				
46. Atualizações de segurança				
47. Atualizações de segurança				
48. Atualizações de segurança				
49. Atualizações de segurança				
50. Atualizações de segurança				
51. Atualizações de segurança				
52. Atualizações de segurança				
53. Atualizações de segurança				
54. Atualizações de segurança				
55. Atualizações de segurança				
56. Atualizações de segurança				
57. Atualizações de segurança				
58. Atualizações de segurança				
59. Atualizações de segurança				
60. Atualizações de segurança				
61. Atualizações de segurança				
62. Atualizações de segurança				
63. Atualizações de segurança				
64. Atualizações de segurança				
65. Atualizações de segurança				
66. Atualizações de segurança				
67. Atualizações de segurança				
68. Atualizações de segurança				
69. Atualizações de segurança				
70. Atualizações de segurança				
71. Atualizações de segurança				
72. Atualizações de segurança				
73. Atualizações de segurança				
74. Atualizações de segurança				
75. Atualizações de segurança				
76. Atualizações de segurança				
77. Atualizações de segurança				
78. Atualizações de segurança				
79. Atualizações de segurança				
80. Atualizações de segurança				
81. Atualizações de segurança				
82. Atualizações de segurança				
83. Atualizações de segurança				
84. Atualizações de segurança				
85. Atualizações de segurança				
86. Atualizações de segurança				
87. Atualizações de segurança				
88. Atualizações de segurança				
89. Atualizações de segurança				
90. Atualizações de segurança				
91. Atualizações de segurança				
92. Atualizações de segurança				
93. Atualizações de segurança				
94. Atualizações de segurança				
95. Atualizações de segurança				
96. Atualizações de segurança				
97. Atualizações de segurança				
98. Atualizações de segurança				
99. Atualizações de segurança				
100. Atualizações de segurança				

Preço global da proposta (C1 + C2 + C3) (R\$): R\$ 1.700.938,00

Preço global da proposta por extenso (R\$): Um milhão setecentos mil, novecentos e oitenta e oito reais.

Data: 30/04/2013


Assinatura do representante legal da empresa

Validade da proposta

Cargo: Diretora Financeira

Carteira de identidade n.º 04.821.851-5

CPF n.º 715.184.007-04



O Licitante ALLEN RIO SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA declara ter lido e aceitar todas as exigências do Edital do Pregão Eletrônico em referência, bem como todas as condições de execução do objeto licitado, propondo sua execução pelo valor global de R\$ 1.700.000,00 (Um milhão setecentos mil, novecentos e oitenta e oito reais.), observados os valores unitários citados na planilha acima.

Declara, outrossim, que o valor proposto inclui todas as despesas e custos, diretos e indiretos (tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, contribuições, transporte, seguro e insumos), necessários ao cumprimento integral do objeto licitado.

Por fim, o Licitante ALLEN RIO SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA informa que a validade da presente Proposta é de 60 (sessenta) dias.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2013

Inah Meirelles de Oliveira Camargo
Diretora Financeira

↓
Cristina Telles
Advogada



Pottencial Seguradora S.A.

Apólice de Seguro Garantia

Número: 06-0775-02-0094552

Proposta: 147.873

Tomador: ALLEN RIO - SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA
CNPJ: 00.710.799/0001-00
Endereço: RUA GONÇALVES DIAS, Nº 276, PARTE 1 - VALPARAÍSO
Cidade: PETRÓPOLIS **UF:** RJ

Segurado: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL
CNPJ: 33.657.248/0001-89
Endereço: AV REPUBLICA DO CHILE 100 - CENTRO
Cidade: RIO DE JANEIRO **UF:** RJ

Início de Vigência às 0:00 hs de: 06/06/2014 **Término de Vigência às 24:00hs de:** 03/12/2014

Importância Segurada: R\$ 4.864,57 (Quatro Mil Oitocentos e Sessenta e Quatro Reais e Cinquenta e Sete Centavos)

Modalidade: Construção, Fornecimento ou Prestação de Serviços

Objeto da Garantia: Destinado à garantia do Contrato nº 165/2014, aquisição de 5 pacotes (packs) de licenças, com dois núcleos cada, do software Microsoft SQL Server Enterprise 2012. *****

Pela presente apólice, a **POTTENCIAL SEGURADORA S/A** garante, ao **SEGURADO**, as obrigações firmadas pelo **TOMADOR** até o limite da Importância Segurada e de acordo com as condições anexas que são partes integrantes e inseparáveis desta Apólice. Plano de Seguro aprovado em conformidade com a Circular Susep 477/13 e Processo Susep 15414.900138/2014-20. O registro deste plano na Susep não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização. A situação cadastral do(s) Corretor(es) deste Seguro poderá ser consultada no site www.susep.gov.br, por meio do número de seu registro na Susep, nome completo, CNPJ ou CPF.

Corretor 1: FINLÂNDIA CORRETORA DE SEGUROS LTDA

Nº Susep: 100638935

Belo Horizonte, 06/06/2014 11:46:00

João de Lima Neto
Diretor

Certificado Digital emitido pela Serasa Certificadora Digital

Carlos Espinosa Quick
Diretor

Certificado Digital emitido pela Serasa Certificadora Digital

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP 2200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP Brasil, em vigor consoante E.C. nº 32 de 11/09/2001 - Art.2º.

Art.1º - Fica instituída a Infra- Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, para garantir a autenticidade, integridade e validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.

A autenticidade do presente documento, bem como o arquivo em forma eletrônica deve ser verificada no endereço www.pottencialseguradora.com.br. No site, informe o Nº da Apólice: 06-0775-02-0094552 e o Controle Interno: 00A3440171580B2E. Após sete dias úteis da emissão, este documento poderá também ser verificado no site da Susep: www.susep.gov.br sob o nº de documento 030692014000600750094552000000.



Apólice de Seguro Garantia

Número: 06-0775-02-0094552

Proposta: 147.873

CONDIÇÕES GERAIS

SEGURO GARANTIA - SEGURADO SETOR PÚBLICO

1. OBJETO

1.1. Este contrato de seguro garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado, conforme os termos da apólice e até o valor da garantia fixado nesta, e de acordo com a(s) modalidade(s) e/ou cobertura(s) adicional(is) expressamente contratada(s) em razão de participação em licitação, em contrato principal pertinente a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, concessões e permissões no âmbito dos Poderes da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ou, ainda as obrigações assumidas em função de:

- I. processos administrativos;
- II. processos judiciais, inclusive execuções fiscais;
- III. parcelamentos administrativos de créditos fiscais, inscritos ou não, em dívida ativa;
- IV. regulamentos administrativos.

1.2. Encontram-se também garantidos por este seguro os valores devidos ao segurado, tais como multas e indenizações, oriundos do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador, previstos em legislação específica, para cada caso.

2. DEFINIÇÕES:

Aplicam-se a este seguro, as seguintes definições:

2.1. Apólice: documento, assinado pela seguradora, que representa formalmente o contrato de Seguro Garantia.

2.2. Condições Gerais: conjunto das cláusulas, comuns a todas as modalidades e/ou coberturas de um plano de seguro, que estabelecem as obrigações e os direitos das partes contratantes.

2.3. Condições Especiais: conjunto das disposições específicas relativas a cada modalidade e/ou cobertura de um plano de seguro, que alteram as disposições estabelecidas nas Condições Gerais.

2.4. Condições Particulares: conjunto de cláusulas que alteram, de alguma forma, as Condições Gerais e/ou Condições Especiais, de acordo com cada segurado.

2.5. Contrato Principal: todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública (segurado) e particulares (tomadores), em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.

2.6. Endosso: instrumento formal, assinado pela seguradora, que introduz modificações na apólice de Seguro Garantia, mediante solicitação e anuência expressa das partes.

2.7. Indenização: pagamento dos prejuízos e/ou multas resultantes do inadimplemento das obrigações cobertas pelo seguro.

2.8. Limite Máximo de Garantia: valor máximo que a seguradora se responsabilizará perante o segurado em função do pagamento de indenização.

2.9. Prêmio: importância devida pelo tomador à seguradora, em função da cobertura do seguro, e que deverá constar da apólice ou endosso.

2.10. Processo de Regulação de Sinistro: procedimento pelo qual a seguradora constatará ou não a procedência da reclamação de sinistro, bem como a apuração dos prejuízos cobertos pela apólice.

2.11. Proposta de Seguro: instrumento formal de pedido de emissão de apólice de seguro, firmado nos termos da legislação em vigor.

2.12. Relatório Final de Regulação: documento emitido pela seguradora no qual se transmite o posicionamento



51
AB

Apólice de Seguro Garantia

Número: 06-0775-02-0094552

Proposta: 147.873

acerca da caracterização ou não do sinistro reclamado, bem como os possíveis valores a serem indenizados.

2.13. Segurado: a Administração Pública ou o Poder Concedente.

2.14. Seguradora: a sociedade de seguros garantidora, nos termos da apólice, do cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador.

2.15. Seguro Garantia: seguro que garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado, conforme os termos da apólice.

2.16. Sinistro: o inadimplemento das obrigações do tomador cobertas pelo seguro.

2.17. Tomador: devedor das obrigações por ele assumidas perante o segurado.

3. ACEITAÇÃO:

3.1. A contratação/alteração do contrato de seguro somente poderá ser feita mediante proposta assinada pelo proponente, seu representante ou por corretor de seguros habilitado. A proposta escrita deverá conter os elementos essenciais ao exame e aceitação do risco.

3.2. A seguradora fornecerá, obrigatoriamente, ao proponente, protocolo que identifique a proposta por ela recepcionada, com a indicação da data e da hora de seu recebimento.

3.3. A seguradora terá o prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar sobre a aceitação ou não da proposta, contados da data de seu recebimento, seja para seguros novos ou renovações, bem como para alterações que impliquem modificação do risco.

3.3.1. Caso o proponente do seguro seja pessoa física, a solicitação de documentos complementares, para análise e aceitação do risco, ou da alteração proposta, poderá ser feita apenas uma vez, durante o prazo previsto no item 3.3..

3.3.2. Se o proponente for pessoa jurídica, a solicitação de documentos complementares poderá ocorrer mais de uma vez, durante o prazo previsto no item 3.3., desde que a seguradora indique os fundamentos do pedido de novos elementos, para avaliação da proposta ou taxação do risco.

3.3.3. No caso de solicitação de documentos complementares, para análise e aceitação do risco, ou da alteração proposta, o prazo de 15 (quinze) dias previsto no item 3.3. ficará suspenso, voltando a correr a partir da data em que se der a entrega da documentação.

3.4. No caso de não aceitação da proposta, a seguradora comunicará o fato, por escrito, ao proponente, especificando os motivos da recusa.

3.5. A ausência de manifestação, por escrito, da seguradora, no prazo acima aludido, caracterizará a aceitação tácita do seguro.

3.6. Caso a aceitação da proposta dependa de contratação ou alteração de resseguro facultativo, o prazo aludido no item 3.3. será suspenso até que o ressegurador se manifeste formalmente, comunicando a seguradora, por escrito, ao proponente tal eventualidade, ressaltando a conseqüente inexistência de cobertura enquanto perdurar a suspensão.

3.7. A emissão da apólice ou do endosso será feita em até 15 (quinze) dias, a partir da data de aceitação da proposta.

4. VALOR DA GARANTIA:

4.1. O valor da garantia desta apólice é o valor máximo nominal por ela garantido.

4.2. Quando efetuadas alterações previamente estabelecidas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, o valor da garantia deverá acompanhar tais modificações, devendo a seguradora emitir o respectivo endosso.

4.3. Para alterações posteriores efetuadas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a



Apólice de Seguro Garantia

Número: 06-0775-02-0094552

Proposta: 147.873

aceitação do risco pela seguradora, em virtude das quais se faça necessária a modificação do valor contratual, o valor da garantia poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela seguradora, por meio da emissão de endosso.

5. PRÊMIO DO SEGURO:

5.1. O tomador é responsável pelo pagamento do prêmio à seguradora por todo o prazo de vigência da apólice.

5.2. Fica entendido e acordado que o seguro continuará em vigor mesmo quando o tomador não houver pago o prêmio nas datas convencionadas.

5.2.1. Não paga pelo tomador, na data fixada, qualquer parcela do prêmio devido, poderá a seguradora recorrer à execução do contrato de contragarantia.

5.3. Em caso de parcelamento do prêmio, não será permitida a cobrança de nenhum valor adicional, a título de custo administrativo de fracionamento, devendo ser garantido ao tomador, quando houver parcelamento com juros, a possibilidade de antecipar o pagamento de qualquer uma das parcelas, com a conseqüente redução proporcional dos juros pactuados.

5.4. Se a data limite para o pagamento do prêmio à vista ou de qualquer uma de suas parcelas coincidir com dia em que não haja expediente bancário, o pagamento poderá ser efetuado no primeiro dia útil em que houver expediente bancário.

5.5. A sociedade seguradora encaminhará o documento de cobrança diretamente ao tomador ou seu representante, observada a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, em relação à data do respectivo vencimento.

6. VIGÊNCIA:

6.1. Para as modalidades do Seguro Garantia nas quais haja a vinculação da apólice a um contrato principal, a vigência da apólice será igual ao prazo estabelecido no contrato principal, respeitadas as particularidades previstas nas Condições Especiais de cada modalidade contratada.

6.2. Para as demais modalidades, a vigência da apólice será igual ao prazo informado na mesma, estabelecido de acordo com as disposições previstas nas Condições Especiais da respectiva modalidade.

6.3. Quando efetuadas alterações de prazo previamente estabelecidas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, a vigência da apólice acompanhará tais modificações, devendo a seguradora emitir o respectivo endosso.

6.4. Para alterações posteriores efetuadas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, em virtude das quais se faça necessária a modificação da vigência da apólice, esta poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela Seguradora, por meio da emissão de endosso.

7. EXPECTATIVA, RECLAMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO SINISTRO:

7.1. A Expectativa, Reclamação e Caracterização do Sinistro serão especificadas para cada modalidade nas Condições Especiais, quando couberem.

7.2. A seguradora descreverá nas Condições Especiais os documentos que deverão ser apresentados para a efetivação da Reclamação de Sinistro.

7.2.1. Com base em dúvida fundada e justificável, a seguradora poderá solicitar documentação e/ou informação complementar.

7.3. A Reclamação de Sinistros amparados pela presente apólice poderá ser realizada durante o prazo prescricional, nos termos da Clausula 17 destas Condições Gerais;



Apólice de Seguro Garantia

Número: 06-0775-02-0094552

Proposta: 147.873

7.4. Caso a seguradora conclua pela não caracterização do sinistro, comunicará formalmente ao segurado, por escrito, sua negativa de indenização, apresentando, conjuntamente, as razões que embasaram sua conclusão, de forma detalhada.

8. INDENIZAÇÃO:

8.1. Caracterizado o sinistro, a seguradora cumprirá a obrigação descrita na apólice, até o limite máximo de garantia da mesma, segundo uma das formas abaixo, conforme for acordado entre as partes:

I - realizando, por meio de terceiros, o objeto do contrato principal, de forma a lhe dar continuidade, sob a sua integral responsabilidade; e/ou

II - indenizando, mediante pagamento em dinheiro, os prejuízos e/ou multas causados pela inadimplência do tomador, cobertos pela apólice.

8.2. Do prazo para o cumprimento da obrigação:

8.2.1. O pagamento da indenização ou o início da realização do objeto do contrato principal deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento do último documento solicitado durante o processo de regulação do sinistro.

8.2.2. Na hipótese de solicitação de documentos de que trata o item 7.2.1., o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, reiniciando sua contagem a partir do dia útil subsequente daquele em que forem completamente atendidas as exigências.

8.2.3. No caso de decisão judicial ou decisão arbitral, que suspenda os efeitos de reclamação da apólice, o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, reiniciando sua contagem a partir do primeiro dia subsequente a revogação da decisão.

8.3. Nos casos em que haja vinculação da apólice a um contrato principal, todos os saldos de créditos do tomador no contrato principal serão utilizados na amortização do prejuízo e/ou da multa objeto da reclamação do sinistro, sem prejuízo do pagamento da indenização no prazo devido.

8.3.1. Caso o pagamento da indenização já tiver ocorrido quando da conclusão da apuração dos saldos de créditos do tomador no contrato principal, o segurado obriga-se a devolver a seguradora qualquer excesso que lhe tenha sido pago.

9. ATUALIZAÇÃO DE VALORES:

9.1. O não pagamento das obrigações pecuniárias da seguradora, inclusive da indenização nos termos da Cláusula 8 destas Condições Gerais, dentro do prazo para pagamento da respectiva obrigação, acarretará em:

a) atualização monetária, a partir da data de exigibilidade da obrigação, sendo, no caso de indenização, a data de caracterização do sinistro; e

b) incidência de juros moratórios calculados "pro rata temporis", contados a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado

9.2. O índice utilizado para atualização monetária será o IPCA/IBGE - índice de Preços ao Consumidor Amplo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - ou índice que vier a substituí-lo, sendo calculado com base na variação positiva apurada entre o último índice publicado antes da data de obrigação de pagamento e aquele publicado imediatamente anterior a data de sua efetiva liquidação.

9.3. Os juros moratórios, contados a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado para pagamento da obrigação, serão equivalentes à taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.

9.4. O pagamento de valores relativos à atualização monetária e juros de mora será feito independente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial, de uma só vez, juntamente com os demais valores devidos no contrato.



Apólice de Seguro Garantia

Número: 06-0775-02-0094552

Proposta: 147.873

10. SUB-ROGAÇÃO:

10.1. Paga a indenização ou iniciado o cumprimento das obrigações inadimplidas pelo tomador, a seguradora sub-rogar-se-á nos direitos e privilégios do segurado contra o tomador, ou contra terceiros cujos atos ou fatos tenham dado causa ao sinistro.

10.2. É ineficaz qualquer ato do segurado que diminua ou extinga, em prejuízo do segurador, os direitos a que se refere este item.

11. PERDA DE DIREITOS:

O segurado perderá o direito à indenização na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

I - Casos fortuitos ou de força maior, nos termos do Código Civil Brasileiro;

II - Descumprimento das obrigações do tomador decorrente de atos ou fatos de responsabilidade do segurado;

III - Alteração das obrigações contratuais garantidas por esta apólice, que tenham sido acordadas entre segurado e tomador, sem prévia anuência da seguradora;

IV - Atos ilícitos dolosos ou por culpa grave equiparável ao dolo praticados pelo segurado, pelo beneficiário ou pelo representante, de um ou de outro;

V - O segurado não cumprir integralmente quaisquer obrigações previstas no contrato de seguro;

VI - Se o segurado ou seu representante legal fizer declarações inexatas ou omitir de má-fé circunstâncias de seu conhecimento que configurem agravamento de risco de inadimplência do tomador ou que possam influenciar na aceitação da proposta;

VII - Se o Segurado agravar intencionalmente o risco;

12. CONCORRÊNCIA DE GARANTIAS:

No caso de existirem duas ou mais formas de garantia distintas, cobrindo cada uma delas o objeto deste seguro, em benefício do mesmo segurado ou beneficiário, a seguradora responderá, de forma proporcional ao risco assumido, com os demais participantes, relativamente ao prejuízo comum.

13. CONCORRÊNCIA DE APÓLICES:

É vedada a utilização de mais de um Seguro Garantia na mesma modalidade para cobrir o objeto deste contrato, salvo no caso de apólices complementares.

14. EXTINÇÃO DA GARANTIA:

14.1. A garantia expressa por este seguro extinguir-se-á na ocorrência de um dos seguintes eventos, o que ocorrer primeiro, sem prejuízo do prazo para reclamação do sinistro conforme item 7.3. destas Condições Gerais:

I - quando o objeto do contrato principal garantido pela apólice for definitivamente realizado mediante termo ou declaração assinada pelo segurado ou devolução da apólice;

II - quando o segurado e a seguradora assim o acordarem;

III - quando o pagamento da indenização ao segurado atingir o limite máximo de garantia da apólice;

IV - quando o contrato principal for extinto, para as modalidades nas quais haja vinculação da apólice a um contrato principal, ou quando a obrigação garantida for extinta, para os demais casos; ou

V - quando do término de vigência previsto na apólice, salvo se estabelecido em contrário nas Condições Especiais.

14.2. Quando a garantia da apólice recair sobre um objeto previsto em contrato, esta garantia somente será



Apólice de Seguro Garantia

Número: 06-0775-02-0094552

Proposta: 147.873

liberada ou restituída após a execução do contrato, em consonância com o disposto no parágrafo 4º do artigo 56 da Lei Nº 8.666/1993, e sua extinção se comprovará, além das hipóteses previstas no item 14.1., pelo recebimento do objeto do contrato nos termos do art. 73 da Lei nº 8.666/93.

15. RESCISÃO CONTRATUAL:

15.1. No caso de rescisão total ou parcial do contrato, a qualquer tempo, por iniciativa do segurado ou da seguradora e com a concordância recíproca, deverão ser observadas as seguintes disposições:

15.1.1. Na hipótese de rescisão a pedido da sociedade seguradora, esta reterá do prêmio recebido, além dos emolumentos, a parte proporcional ao tempo decorrido;

15.1.2. Na hipótese de rescisão a pedido do segurado, a sociedade seguradora reterá, no máximo, além dos emolumentos, o prêmio calculado de acordo com a seguinte tabela de prazo curto:

Relação a ser aplicada sobre a vigência original para obtenção do prazo em dias	% do prêmio	Relação a ser aplicada sobre a vigência original para obtenção do prazo em dias	% do prêmio
15/365	13	195/365	73
30/365	20	210/365	75
45/365	27	225/365	78
60/365	30	240/365	80
75/365	37	255/365	83
90/365	40	270/365	85
105/365	46	285/365	88
120/365	50	300/365	90
135/365	56	315/365	93
150/365	60	330/365	95
165/365	66	345/365	98
180/365	70	365/365	100

15.1.2.1. Para prazos não previstos na tabela constante do subitem 15.1.2., deverá ser utilizado percentual correspondente ao prazo imediatamente inferior.

16. CONTROVÉRSIAS:

16.1. As controvérsias surgidas na aplicação destas Condições Contratuais poderão ser resolvidas:

I - por arbitragem; ou

II - por medida de caráter judicial.

16.2. No caso de arbitragem, deverá constar, na apólice, a cláusula compromissória de arbitragem, que deverá ser facultativamente aderida pelo segurado por meio de anuência expressa.

16.2.1. Ao concordar com a aplicação desta cláusula, o segurado estará se comprometendo a resolver todos os seus litígios com a sociedade seguradora por meio de Juízo Arbitral, cujas sentenças têm o mesmo efeito que as sentenças proferidas pelo Poder Judiciário.



Apólice de Seguro Garantia

Número: 06-0775-02-0094552

Proposta: 147.873

16.2.2. A cláusula de arbitragem é regida pela Lei nº9307, de 23 de setembro de 1996.

17. PRESCRIÇÃO:

Os prazos prescricionais são aqueles determinados pela lei.

18. FORO:

As questões judiciais entre seguradora e segurado serão processadas no foro do domicílio deste.

19. DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. A aceitação do seguro estará sujeita à análise do risco.

19.2. As apólices e endossos terão seu início e término de vigência às 24hs das datas para tal fim neles indicadas.

19.3. O registro deste plano na SUSEP não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização.

19.4. Após sete dias úteis da emissão deste documento, poderá ser verificado se a apólice ou endosso foi corretamente registrado no site da SUSEP - www.susep.gov.br <<http://www.susep.gov.br>>.

19.5. A situação cadastral do corretor de seguros pode ser consultada no site www.susep.gov.br <<http://www.susep.gov.br>>, por meio do número de seu registro na SUSEP, nome completo, CNPJ ou CPF.

19.6. Este seguro é contratado a primeiro risco absoluto.

19.7. Considera-se como âmbito geográfico das modalidades contratadas todo o território nacional, salvo disposição em contrário nas Condições Especiais e/ou Particulares da Apólice.

19.8. Os eventuais encargos de tradução referentes ao reembolso de despesas efetuadas no exterior ficarão totalmente a cargo da Sociedade Seguradora.



Apólice de Seguro Garantia

Número: 06-0775-02-0094552

Proposta: 147.873

CONDIÇÕES ESPECIAIS

SEGURO GARANTIA PARA CONSTRUÇÃO, FORNECIMENTO OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1. OBJETO:

1.1. Este contrato de seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador no contrato principal, para construção, fornecimento ou prestação de serviços.

1.2. Encontram-se também garantidos por este contrato de seguro os valores das multas e indenizações devidas à Administração Pública, tendo em vista o disposto na Lei nº 8.666/93.

1.3. **Excluem-se, expressamente, da responsabilidade da seguradora, todas e quaisquer obrigações trabalhistas e/ou previdenciárias de responsabilidade do Tomador, salvo pela contratação, com verba específica independente, da Cobertura Adicional de Ações Trabalhistas e Previdenciárias.**

2. DEFINIÇÕES:

Define-se, para efeito desta modalidade, além das definições constantes do art. 6º da Lei nº 8.666/93 e do art. 2º da Lei nº 8.987/95:

I - Prejuízo: perda pecuniária comprovada, excedente aos valores originários previstos para a execução do objeto do contrato principal, causada pelo inadimplemento do tomador, excluindo-se qualquer prejuízo decorrente de outro ramo de seguro, tais como responsabilidade civil, lucros cessantes.

3. VIGÊNCIA:

3.1. A vigência da apólice será fixada de acordo com as seguintes regras:

I - coincidindo com o prazo de vigência do contrato administrativo pertinente à execução de obras, serviços e/ou compras;

II - por períodos renováveis, no caso de concessões e permissões do serviço público.

3.2. As renovações, a que se refere o inciso II do item 3.1., não se presumem, serão precedidas de notificação escrita da seguradora ao segurado e ao tomador, com antecedência de até noventa dias da data do término de vigência da apólice em vigor, declarando seu explícito interesse na manutenção da garantia.

4. EXPECTATIVA, RECLAMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO SINISTRO:

4.1. Expectativa: tão logo realizada a abertura do processo administrativo para apurar possível inadimplência do tomador, este deverá ser imediatamente notificado pelo segurado, indicando claramente os itens não cumpridos e concedendo-lhe prazo para regularização da inadimplência apontada, remetendo cópia da notificação para a seguradora, com o fito de comunicar e registrar a Expectativa de Sinistro.

4.2. Reclamação: a Expectativa de Sinistro será convertida em Reclamação, mediante comunicação pelo segurado à seguradora, da finalização dos procedimentos administrativos que comprovem o inadimplemento do tomador, data em que restará oficializada a Reclamação do Sinistro.

4.2.1. Para a Reclamação do Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos, sem prejuízo do disposto no item 7.2.1. das Condições Gerais:

a) Cópia do contrato principal ou do documento em que constam as obrigações assumidas pelo tomador, seus anexos e aditivos se houver, devidamente assinados pelo segurado e pelo tomador;

b) Cópia do processo administrativo que documentou a inadimplência do tomador;

c) Cópias de atas, notificações, contra notificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails,



Apólice de Seguro Garantia

Número: 06-0775-02-0094552

Proposta: 147.873

trocados entre o segurado e o tomador, relacionados à inadimplência do tomador;

d) Planilha, relatório e/ou correspondências informando da existência de valores retidos;

e) Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos sofridos;

4.2.2. A não formalização da Reclamação do Sinistro tornará sem efeito a Expectativa do Sinistro;

4.3. Caracterização: quando a seguradora tiver recebido todos os documentos listados no item 4.2.1. e, após análise, ficar comprovada a inadimplência do tomador em relação às obrigações cobertas pela apólice, o sinistro ficará caracterizado, devendo a seguradora emitir o relatório final de regulação;

5. RATIFICAÇÃO:

Ratificam-se integralmente as disposições das Condições Gerais que não tenham sido alteradas pela presente Condição Especial.



Apólice de Seguro Garantia

Número: 06-0775-02-0094552

Proposta: 147.873

Dados do prêmio de seguro:

Prêmio líquido:	R\$ 180,00
Custo de cadastro e acompanhamento de crédito:	R\$ 0,00
Adicional de fracionamento:	R\$ 0,00
IOF:	R\$ 0,00
Prêmio total:	R\$ 180,00

Dados do parcelamento do prêmio de seguro:

Parcela	Vencimento	Valor (R\$)
1	16/06/2014	R\$ 180,00

b2
AD



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

CERTIDÃO DE REGULARIDADE

Certificamos que POTTENCIAL SEGURADORA SA, CNPJ 11699534000174, está autorizada a operar, conforme PORTARIA 3556, publicado(a) no D.O.U. de 25/02/2010, nos termos da legislação vigente.

Certificamos ainda que a entidade não se encontra, nesta data, sob regime de Direção Fiscal, Intervenção, Liquidação Extrajudicial ou Fiscalização Especial, e não está cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP.

Dados complementares e esta certidão atualizada podem ser obtidos em www.susep.gov.br ou por meio de petição à Autarquia.

Código da Certidão: **CR03069_21052014_092844_152**

Esta Certidão é válida por 30 dias, não prevalecendo sobre certidões geradas posteriormente.

Rio de Janeiro, 21 de Maio de 2014.

SUSEP - Superintendência de Seguros Privados

63

AB



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTROS E AUTORIZAÇÕES

CERTIDÃO DE ADMINISTRADORES

Certificamos que a POTTENCIAL SEGURADORA S.A., com sede na cidade BELO HORIZONTE, CNPJ 11699534000174, possui, homologados por esta Autarquia, os seguintes diretores:

Nome	Cargo
CARLOS FERREIRA QUICK	Diretor
FABIO FARIA CARVALHO	Diretor
JOAO DE LIMA GEO NETO	Diretor
JOSE MARIO COSTA ALVIM	Diretor

Código da Certidão: **CA03069_21052014_092945_150**
Esta certidão é válida por 30 (trinta) dias, a contar da data de emissão.

Rio de Janeiro, 21 de Maio de 2014.

SUSEP - Superintendência de Seguros Privados



Contratação Allen - licenças Microsoft - OCS 165/2014

%AA-DEPAD-GDAC,

Cristina Telles de Araujo Silva para %ATI-DEGESP-GCON,

Mauro Staretz

por Kaisa Marinato Marques de Souza, Cesar Santos Rodrigues

20/06/2014 14:39

Classificação: Ostensivo
Unidade Gestora: AA/DEJUR (classificação conforme OS PRESI 15/2011-BNDES)

Prezados, informamos ter sido celebrado, em 10/06/2014, o Contrato OCS 165/2014 (SAP 4400000621), com a Allen Rio, para aquisição de licenças do software Microsoft SQL Server Enterprise 2012, conforme modelo e extrato em anexo.

Caso tenham alguma dúvida, estamos à disposição.

Atenciosamente,

CRISTINA TELLES DE ARAÚJO SILVA

Departamento Jurídico | Área de Administração | BNDES

Av. República do Chile, nº 330, Torre Oeste, 18º andar, ET 67

CEP 20031-917 - Centro - Rio de Janeiro/RJ

Tel.: +55 21 3747-9651 E-mail: cristina.telles@bndes.gov.br



CONTRATO ALLEN RIO OCS 165.2014.doc Extrato de contrato OCS XX_2014.doc